

PUBLICAÇÃO DE  
CARÁTER  
INTERNO AO PT,  
DISTRIBUÍDA  
ÚNICA E  
EXCLUSIVAMENTE  
AOS SEUS  
FILIAADOS

# EM TEMPO!

Nº 274  
ABRIL  
1994  
CR\$ 1.000,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

**POBREZA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. PÁGINAS 10 A 12**  
**COM FHC, A BURGUESIA JÁ TEM O ANTI-LULA. PÁGINA 3**  
**IGREJA, ABORTO E O PROGRAMA DO PT. PÁGINA 20**

Por onde as Caravanas passam, Lula é recebido com entusiasmo.



LULUDI/AE

## PERCORRENDO O OUTRO BRASIL

AS CARAVANAS DA CIDADANIA REVELAM O PAÍS DOS EXCLUÍDOS. EM BRASÍLIA, O 9º ENCONTRO NACIONAL PREPARA O PT PARA A CONQUISTA DO GOVERNO.

PÁGINAS 5 A 9

## Por trás

## da lista de Castor

ANTÔNIO MARTINS

**O** enorme destaque que os grandes jornais de todo o país deram à descoberta de uma lista de políticos, policiais e jornalistas beneficiados por "doações" dos banqueiros do bicho precisa ser visto em pelo menos dois aspectos. Por um lado, é mais um episódio a revelar as relações promíscuas das classes dominantes com o crime e a contravenção. Por outro, as circunstâncias muito estranhas que cercaram a divulgação dos nomes indicam que houve "proteção" de alguns dos envolvidos. O mais grave é que as forças conservadoras usaram as denúncias como pretexto para propor outra vez medidas abertamente antidemocráticas, como a intervenção das Forças Armadas nos assuntos de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

A "lista de Castor", como passou a ser chamada a relação de possíveis corruptos, origina-se de uma "blitz" feita por forças policiais numa "fortaleza" do banqueiro do bicho Castor de Andrade. Inúmeros arquivos e cofres, contendo livros contábeis e disquetes, foram apreendidos. Muitos deles registravam "doações" feitas pelos banqueiros.

## Nomes selecionados

A partir dos primeiros dias de abril o procurador-geral de Justiça do Rio, Antonio Carlos Biscaia, começou a divulgar, sempre em caráter *oficioso*, relações de envolvidos. Entre os políticos apareceram no início quase exclusivamente integrantes do PDT: entre outros, o atual governador do Estado, Nilo Baptista, os deputados federais Cidinha Campos, Boacayua Cunha, Márcio Braga, Márcia Cibilibis e Vivaldo Barbosa. Além deles constava o prefeito do Rio, César Maia, e o ex-ministro da Saúde Jamil Haddad, do PSB.

O jornalista Jânio de Freitas foi um dos primeiros a chamar atenção para a estranha predominância de pedetistas. Em 5 de abril ele escreveu na *Folha*: "A lista divulgada exibiu preferência exclusiva por

políticos de esquerda". Como "é sabido que os contraventores dão dinheiro a políticos de vários partidos", ficou "a inevitável impressão de que, em alguma instância, procedeu-se a uma seleção dos citados".

A "seleção" tomou-se evidente dois dias depois, quando o candidato tucano ao governo do Estado, Marcello Alencar, procurou servir-se do episódio em benefício de sua campanha e terminou ele próprio envolvido nas suspeitas. Ao manter audiência com o governador Nilo Baptista, Alencar propôs, que este solicitasse intervenção federal na polícia. Fez alarde da sugestão junto à imprensa, o que deixou Baptista furioso.

## Marcelo Alencar envolvido

Trata-se de uma proposta "totalmente demagógica, e que revela grande cinismo", rebateu Nilo. Logo em seguida convocou ele próprio entrevista

coletiva e garantiu: o nome do próprio Alencar constava na "lista de Castor".

Horas depois o procurador-geral de Justiça, Antonio Carlos Biscaia falou pela primeira vez em caráter oficial. Apresentou uma relação de envolvidos no "esquema" dos banqueiros que de fato incluía o nome de Marcello Alencar, até então inexplicavelmente poupado e também constavam do rol o ex-presidente Fernando Collor e o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf.

Um capítulo à parte no caso foi aberto a partir do dia 6, quando o jornal *O Globo* revelou que, segundo os registros de Castor, o sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho" da campanha contra a fome, havia recebido 58 mil dólares dos banqueiros em 1990, título de ajuda para a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), da qual era então presidente.

Betinho recebeu ampla solidariedade de políticos, líderes populares e intelectuais progressistas. Em todos os momentos os grandes jornais trata-

ram o assunto com sensacionalismo evidentes, e interesses escusos mal-disfarçados. Em 6 de abril, o *Globo* passou a sustentar que "neste momento, no Estado do Rio, só a Procuradoria Geral da Justiça merece a confiança do povo". Acrescentava, em tom de alarme que esta "não dispõe de armamentos, e seus integrantes estão até perigosamente expostos a atos terroristas"... Concluía que "seria alta irresponsabilidade do governo do Estado" não solicitar intervenção das Forças Armadas, e que "no mesmo erro incorreria o presidente da República, se não a oferecer". Em 9 de abril *O Estado de S. Paulo* aderiu à tese.

A ofensiva dos conservadores não foi suficiente, no entanto, para evitar o desgaste grave de uma de suas lideranças mais importantes no Estado, o próprio Marcello Alencar. Além disso, o Procurador-Geral Antonio Biscaia reconheceu: entre todos os grandes partidos "apenas o PT" não tinha parlamentares envolvidos no escândalo. □



nesta edição

**Nacional** - ☆ *Por trás da lista de Castor* (p. 2) ☆ *Fernando Henrique lá?* (p. 3) ☆ *Notas nacionais* (p. 4)

**9º Encontro Nacional do PT** - ☆ *Conquistar a maioria nacional* (p. 5) ☆ *A participação como eixo do programa* (p. 6) ☆ *O papel das Caravanas* (p. 7) ☆ *O governo do PT e os jovens* (p. 8) ☆ *Direitos dos homossexuais e programa de governo* (p. 9)

**Estratégia** - ☆ *Construir as bases da cidadania* (p. 10)

**Solidariedade: seção sindical** - ☆ *Em luta e crescendo* (p. 13) ☆ *Revolução democrática e modelo sindical* (p. 14) ☆ *Mulheres: consolidar espaços* (p. 15) ☆ *Dilemas na representação* (p. 15) ☆ *O controle nacional da energia* (p. 16)

**Internacional** - ☆ *Mi Buenos Aires querido...* (p. 17)

**Crônica** - ☆ *A ressurreição da insurreição* (p. 18) ☆ *Mitos nacionalistas e utopia planetária* (p. 19) ☆ *Aborto, Igreja e opressão das mulheres* (p. 20)

## EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

## CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

## JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

**EQUIPE DE EDIÇÃO:** José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (ditação), Fabiano Ciambra (editoração eletrônica) e Carlos Henrique Árabe.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas  
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618  
Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

# Fernando Henrique lá?

JUAREZ GUIMARÃES

A candidatura Fernando Henrique não deve ser desprezada: é o único caminho possível na atual conjuntura para as classes dominantes criarem uma candidatura competitiva e viável diante de Lula. Isto se deve à perda de capacidade de polarização eleitoral das forças e personalidades de direita no aspecto partidário, os principais atingidos pelo processo do *impeachment* de Collor e pela CPI do Orçamento. Que um candidato tido como de "centro-esquerda" e com o passado de Fernando Henrique seja alçado a condição de anti-Lula é um sinal da profundidade da crise nacional. A liderança de Lula nas pesquisas empurra a correlação de forças para a esquerda.

## Fernando Henrique e Collor

A tática implícita na candidatura Fernando Henrique propõe uma "frente única" das classes dominantes, utilizando como fator de coesão a ameaça Lula. Apresenta-se como alternativa capaz de contrarrestar o avanço de Lula entre as forças de "centro-esquerda" e nas camadas urbanas. Pretende, enfim, neutralizar a potência de Lula entre as classes populares através do uso do fisiológico (leia-se PFL e todo o arsenal eleitoralista do Estado) e da ilusão, mesmo que momentânea, criada em torno ao plano de estabilização econômico. Após fazer a *via crucis* para o segundo turno, Fernando Henrique seria consagrado pelo espectro de votos que vai do centro à direita, isolando a esquerda.

É útil estabelecer a comparação desta tática com o fenômeno Collor. Este saiu da margem do sistema, criando uma imagem desidentificada e demagogicamente crítica das instituições, ganhando apoio dos setores populares desorganizados, antes de ser unido pelas elites no final do primeiro e no segundo turnos. Fernando Henrique é uma candidatura que sai do núcleo do sistema político e do próprio Estado, um "anti-aventureiro" (um candidato de centro), com programa e discursos sofisticados. Sua fraqueza é exatamente aquilo que foi a força de Collor: a dificuldade de penetração nos setores populares.

Ela é, neste sentido, um retrato fiel do transformismo brasileiro, este estilo de mudar "pelo alto" (via pacto das elites), "por dentro" (utilizando o Estado) e tão lentamente que o núcleo da dominação permanece intocado. Fernando Henrique é um camaleão típico da transição brasileira: o PSDB nascido como reação tardia ao fisiologismo do PMDB abraça prematuramente o ultra-fisiologismo do PFL, descrevendo um círculo que retorna a um ponto mais à direita que a origem.

Reside nesta tradição transformista uma vantagem das classes dominantes para armarem a frente anti-Lula. É possível e até bastante provável que a dinâmica de bi-polarização se instale ainda no primeiro turno.

## Os pontos fortes

Recusando qualquer análise unilateral, é preciso entender a candidatura Fernando Henrique como uma soma complexa de força e debilidade. O primeiro ponto forte de Fernando Henrique é o *alto grau de unificação das classes dominantes em torno dela*. Do ponto de vista do grande capital, esta unidade já está praticamente selada. Sem conceber mecanicamente que esta unidade econômica determina a unidade dos partidos da ordem, não deve ser menosprezado o imenso significado da retirada da candidatura Maluf.

A segunda vantagem da candidatura, que pode se alterar no curso da campanha, são *as chapas com poderosas densidades eleitorais em estados chaves*: Covas em São Paulo, Marcelo Alencar no Rio de Janeiro, Antonio Brito no Rio Grande do Sul, Minas sendo ainda um cenário em definição. O que contrasta com a situação atual da maioria das chapas aos governos estaduais do campo democrático-popular.

O terceiro ponto forte de Fernando Henrique é *a possibilidade de administração do plano de estabilização econômico e a exploração demagógica de seus efeitos momentâneos*. Este plano pode se transformar, no entanto, de instrumento de manipulação em episódio relevador do sentido anti-popular da candidatura. Mas um cenário de instabilidade política pode pesar negativamente sobre a evolução do plano; se a candidatura

ANGELI

DA SÉRIE:  
O MUNDO ANIMAL



**TUCANO** - AVE DAS MAIS ÍNTEGRAS E GARBOSAS ENQUANTO JOVEM. NO ENTANTO, COM O PASSAR DO TEMPO, PARA ADAPTAR-SE ÀS LEIS DA SELVA, COMEÇA A FALAR COMO PAPAGAIO, A PULAR DE GALHO EM GALHO FEITO MACACO E, O PIOR, A METER O BICO EM QUALQUER CUMBUCA.

Fernando Henrique não demonstrar sua capacidade para derrotar Lula, o plano perderá seu "lastro político".

## Os pontos frágeis

O ponto de maior fragilidade da candidatura Fernando Henrique é seu *evidente continuísmo*. É uma candidatura que, ao contrário de Collor, não promete e não encarta com credibilidade de propostas de mudanças devido à sua visível aderência ao governo atual e ao sistema que o sustenta. Fernando Henrique buscará se apoiar na força do programa de modernização neoliberal para anunciar um novo futuro, mas é bastante duvidoso que consiga escapar da imagem de ser o candidato de tudo que esta aí.

O segundo ponto frágil da candidatura é a *perda de sua visibilidade de "centro esquerda", como fruto de alianças prioritárias com o PFL e outras forças de direita*. Isto comprometerá a contenção do apoio a Lula por setores progressistas do PSDB, PMDB e PDT. Uma polarização ideológica de tipo esquerda-direita, com um candidato de esquerda mas sem um que consiga encarnar coerentemente as qualidades da direita seria fatal para as classes dominantes.

Um terceiro ponto fraco da candidatura Fernando Henrique é o *elitismo do candidato*, realçado pelo perfil popular de Lula. Fernando Henrique com seu europeísmo, seus hábitos e atitudes sofisticadas, presta-se mal ao papel demagógico que foi brilhantemente personificado por Collor. Será difícil a ele escapar, na polarização com Lula, da imagem bastante real de ser o candidato "dos de cima".

## Desafio para o PT

Diante da tática insinuante e perigosa da candidatura Fernando Henrique, o desafio colocado ao campo democrático popular é barrar-lhe o caminho da acumulação de forças. Utilizar a liderança eleitoral conquistada para ganhar a eleição no primeiro turno ou se isso não for possível avançar em busca de uma "vitória política" no primeiro turno. Esta meta de uma "vitória política" em outubro - na hipótese de não atingirmos a maioria absoluta se expressaria na obtenção de uma votação que aproximaria Lula desta maioria, tornando a dinâmica de sua vitória praticamente irreversível no segundo turno.

Por isso, todo nosso esforço deveria ser colocado nas linhas da universalização da candidatura Lula, destacando que ele é o *início de uma revolução democrática* em oposição ao continuísmo de Fernando Henrique. Os anseios radicais de mudança na sociedade brasileira devem encontrar uma resposta clara na candidatura Lula e em seu papel multiplicador da mobilização popular por reivindicações e reformas estruturais, semeando por todo o país milhares de comitês Lula. □

**Um exame da potência e da fragilidade da candidatura Fernando Henrique é necessário para revelar os meios de derrotá-la.**

**A maior força da candidatura FHC é o alto grau de unificação das classes dominantes em torno dela.**

# Ponto para os generais

ANTÔNIO MARTINS

**T**erminou de modo lastimável, nos últimos dias de março, um incidente institucional que opôs, durante cerca de duas semanas, os poderes Executivo e Judiciário. O pretexto da crise foi a conversão em URVs dos salários dos servidores dos Judiciário e do Legislativo. Através de pressões explícitas, logo aceitas pelo presidente Itamar Franco e o então ministro Fernando Henrique Cardoso, os ministros militares "exigiram" que esses dois poderes se curvassem a uma interpretação castrense sobre a forma de conversão dos salários em URVs. Acovardado, o Congresso Nacional omitiu-se. A palavra final acabou cabendo aos militares. Para dar aparência de "normalidade" ao resultado as lideranças políticas conservadoras firmaram um "acordo" de fachada.

## Origem do conflito

Em 10 de março uma reunião administrativa dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o cálculo dos vencimentos dos magistrados e servidores daquela corte seria feita levando-se em conta a URV do dia 20 de cada mês - e não do dia 30, como ocorreu com os funcionários do Executivo. A decisão tomou por base a autonomia entre os poderes e o fato dos servidores do Judiciário receberem tradicionalmente seus salários no dia 22. Evitaria um arrocho suplementar de 10,94% dos ordenados, mas abriu um enorme flanco junto à opinião pública. Como o STF costumeiramente rejeita todos os apelos dos trabalhadores contra o arrocho salarial, a nova decisão passou a ser vista como um privilégio odioso.

Em 17 de março os ministros militares desencadearam uma bateria de pressões contra a decisão. Exigiram de Itamar uma reunião de emergência do ministério, e foram prontamente atendidos. O presidente saiu do encontro "assegurando" que não autorizaria a "conversão" proposta pelo Supremo. O diretor da Polícia Federal, coronel Wilson Romão, atuante em todos os momentos da crise, fez declarações de caráter aberrantemente golpista. Disse, numa referência óbvia a março de 1964, que "a tropa não aceitará essa situação: há trinta anos atendemos ao apelo popular por causas ideológicas, e agora seria por causas fisiológicas". (escrever mais toq)

## Apoio da imprensa

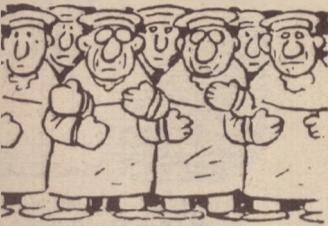
Sempre disposta a atacar o serviço público, a grande imprensa adotou, nos primeiros dias, postura claramente favorável a Itamar e aos chefes militares. Sus-

## CORPORATIVISMO

### O LEGISLATIVO



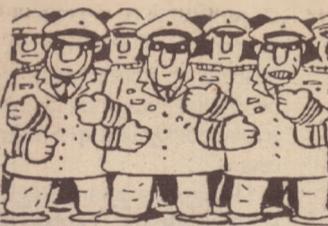
### O JUDICIÁRIO



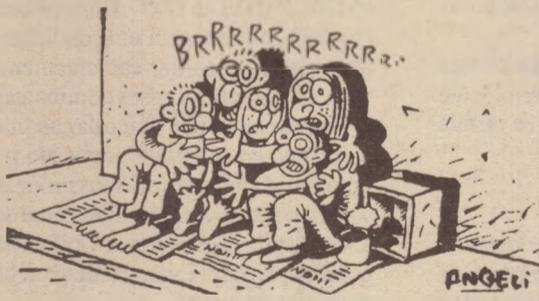
### O EXECUTIVO



### AS FORÇAS ARMADAS



### O RESTO



tentou que o plano econômico do ministro da Fazenda exigia o "sacrifícios para todos" os trabalhadores, e portanto não poderia haver exceções.

O ministro da Fazenda, que estava em Nova York quando eclodiu a crise, regressou ao país em 20 de março e agiu durante vários dias em favor das pressões castrenses. Mas em seguida os principais líderes políticos conservadores aperceberam-se do súbito fortalecimento do poder militar, e procuraram chegar a um acordo que pusesse fim ao incidente sem deixar clara a submissão do poder civil. Além de Fernando Henrique Cardoso, que mudara de posição, os presidentes da Câmara e do Senado envolveram-se na manobra.

Subitamente fortalecidos, Itamar e os chefes militares recusaram no entanto inúmeras propostas de "entendimento". No dia 23 a tensão chegou ao máximo, quando o presidente da República declarou sem meias palavras: "Não faço acordo com o Supremo. Ele que se dobre".

## Papel do Congresso

Um dia depois, um Congresso Nacional acovardado deixou escapar por entre os dedos a chance de definir a questão e afastar as pressões dos quartéis. A Medida Provisória 434 foi a votação em plenário. Com 371 parlamentares presentes, quorum mais que suficiente para deliberar sobre a questão, o Legislativo tinha a oportunidade de *alterar* a política econômica ou de *mantê-la*. Em qualquer um dos casos, estaria firmada a soberania do poder civil.

Uma manobra da maioria conservadora que domina o Parlamento jogou as chances por água abaixo. Preocupados com seus interesses particulares, os partidos que defendem o governo não se dispuseram nem a *assumir a defesa* do plano econômico, nem a *derrubá-lo*, o que implicaria frustrar as pretensões eleitorais de Fernando Henrique e contrariar os militares.

Diante da omissão, prevaleceram as pressões castrenses. No final do mês o presidente Itamar Franco reeditou a Medida Provisória, agora sob número 457. O novo texto estendia, assim como haviam exigido os chefes fardados, o arrocho para todos os trabalhadores - inclusive os servidores do Judiciário. Pela primeira vez, desde o final do governo Sarney, os chefes militares haviam sido capazes de questionar uma decisão do poder civil e vencer a parada. Se chegaram a tanto, porém, foi

porque tornou-se claro: o compromisso dos partidos conservadores e da imprensa com a democracia é frágil, inconsistente e fugidio. □

## Fuga de capitais

Após cinco meses seguidos de entrada firme de investimentos estrangeiros, o Banco Central registrou em março *fuga líquida de dólares* do país. Segundo dados divulgados na primeira semana de abril, as remessas de dinheiro ao exterior teriam alcançado US\$ 3,86 bilhões, contra apenas US\$ 3 bi de novos investimentos. O resultado foi um déficit de quase 1 bilhão de dólares na chamada "conta de investimentos".

O resultado suscitou entre os economistas conservadores uma onda de inquietação sobre o fluxo de recursos externos. Apontada até agora como um dos trunfos da equipe econômica para assegurar o sucesso do Plano FHC-2, a suposta capacidade do país em manter níveis elevados de reservas internacionais de divisas passou a ser questionada.

O mais grave, para os defensores do plano econômico, é que um exame mais detalhado dos dados comprovou: a massa considerável de recursos externos que ingressou no país nos últimos meses pode ser rapidamente repatriada, a depender de variáveis sobre as quais o país não tem qualquer controle. O BC revelou que quase toda a fuga de capitais concentrou-se *nos últimos dois últimos dias úteis* de março. Entre segunda e quarta-feira que precederam a Semana Santa, quase 1 bilhão de dólares foram remetidos ao exterior, em especial para os Estados Unidos. O motivo foi uma alta inesperada dos rendimentos dos títulos de 30 anos do Tesouro norte-americano, que segundo os analistas pode se repetir qualquer momento. □

## A revisão agoniza

As próprias lideranças conservadoras do Congresso passaram a admitir, a partir de 10 de abril, que, salvo um fato extraordinário, a revisão constitucional havia naufragado. Em 12/4, o próprio relator, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos últimos que ainda resistia, passou a admitir o fracasso, em conversas com correligionários. Para as forças de esquerda, hostilizadas durante meses por terem contestado a reforma antidemocrática da Carta, a vitória estava ao alcance da mão.

Jobim passou, no entanto, a procurar fórmulas para minimizar a derrota dos conservadores. Uma delas era ressuscitar o "emendão", método através do qual o ex-presidente Fernando Collor tentou remendar a Constituição de 1988 para aplicar seu programa neoliberal. Segundo proposta, os atuais parlamentares aprovariam, antes de encerrada a revisão em curso, uma emenda ao artigo 60 da Carta, que trata dos mecanismos para alterá-la.

Com a mudança, os parlamentares da próxima legislatura estariam autorizados a aprovar, num único ato e com quorum rebaixado, uma espécie de modificação global a vários artigos da Carta. O Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, rechaçou a proposta. Afirmou que após 31 de maio todas as reformas da Constituição devem ser feitas através de emendas ordinárias. Acrescentou que se fosse para seguir adotando os métodos casuísticos propostos pelos conservadores "seria melhor rasgar de uma vez a Carta". □

# Conquistar a maioria da nação

COORDENAÇÃO NACIONAL DA DS

**1.** As discussões e decisões do 9º Encontro devem preparar o partido para uma disputa polarizada entre esquerda e direita. A cúpula burguesa tomou uma decisão de tipo "estado-maior", centralizando a maioria das suas frações em uma única candidatura anti-Lula, a de FHC. O programa de governo em discussão no PT, acima das polêmicas, já assumiu a cara de uma proposta de esquerda e assim é atacado pela mídia.

Este processo implica em oposição de candidaturas, programas e forças sociais que os sustentam, representados por Lula e por FHC.

**2.** Esta situação é uma decorrência, por um lado, da falência dos partidos e quadros políticos da direita, fruto de uma crise mais profunda do seu regime político e da incapacidade de dirigir a nação. Arrastado por este campo, FHC funciona como um "candidato de substituição".

O outro lado é a capacidade demonstrada no curso de mais de uma década de o PT afirmar-se como uma alternativa de conjunto aos rumos do capitalismo real no Brasil. Isto se evidencia não apenas pelo programa construído a partir das definições do 8º Encontro Nacional, não apenas pela tática política que foi um dos elementos centrais para barrar a revisão das elites, mas também pela dinâmica da candidatura de Lula associada às massas populares, cuja maior expressão são as caravanas da cidadania. Neste quadro é que se darão as decisões do 9º Encontro.

**3.** As resoluções do 8º Encontro Nacional estruturam a proposta geral do programa de governo. No seu miolo estão a idéia-chave de revolução democrática e de uma reorientação global da economia, resumindo em distribuição do poder, da renda e da riqueza, pela universalização da cidadania.

**4.** Um aspecto central na elaboração do programa é a participação do movimento social organizado. Ao lado da contribuição de inúmeros grupos de militantes com experiência técnica e administrativa em várias áreas, o programa expressa um esforço de concretizar uma visão de governo e políticas que buscam viabilizar as demandas dos movimentos sociais, como é o caso por exemplo da reforma agrária e política agrícola.

Este é um elemento que deve ser reforçado e que valoriza o programa elaborado. Deve continuar após o Encontro, incorporando setores organizados que ainda não estão participando. Tem um efeito tanto na contribuição específica para colar o programa às demandas sociais e ao acúmulo político destes setores como também no sentido de politizá-los. O programa pode se converter assim em uma alavanca de mobilização do movimento social organizado. Não é obviamente uma transposição de reivindicações, mas relaciona-se com elas e dá uma dimensão de proposta de governo integrada em uma proposta global.

**5.** O programa é visto pelo 8º Encontro como um dos meios de, além de incorporar a contribuição dos setores populares organizados, levantar um amplo movimento social por reformas. Nesse sentido tem que se relacionar com o nível de consciência e de mobilização da base social que queremos ao nosso lado. É um instrumento de politização e mobilização mas, simultaneamente, é condicionado pela experiência real de participação política. Ele deve pretender construir uma consciência política que vá além da rejeição às propostas e candidaturas tradicionais e ao que "está aí", uma consciência do compromisso com mudanças que dependem não só da ação do governo democrático-popular mas da capacidade de mobilização e participação popular.

**6.** Esta relação recíproca entre o programa e o nível de consciência e mobilização implica na necessidade de um programa com credibilidade perante as massas mas que não se confunde com a viabilidade ou governabilidade consentida

pelos elites. Nesse sentido é preciso reconhecer que ainda não resolvemos o problema de transformar o programa em uma plataforma concreta de compromissos - o que é uma questão urgente a ser resolvida.

**7.** O programa em discussão no PT não foi contestado globalmente pelo centro e pela direita. Sofreu críticas pontuais de setores que guardam uma relação de simpatia ou ao menos de não-hostilidade com o partido. Isto provocou pressões visando incompatibilizar a candidatura de Lula ("ampla") com a maioria do partido ("radical") e ainda pela retirada de propostas mais afirmativas.

Mas o saldo final, que chega ao 9º Encontro, é o de um partido e uma candidatura com a marca de esquerda e em um quadro polarizado e na, discussão programática, uma proposta cujos termos básicos foram constituídos a partir das definições do 8º Encontro Nacional.

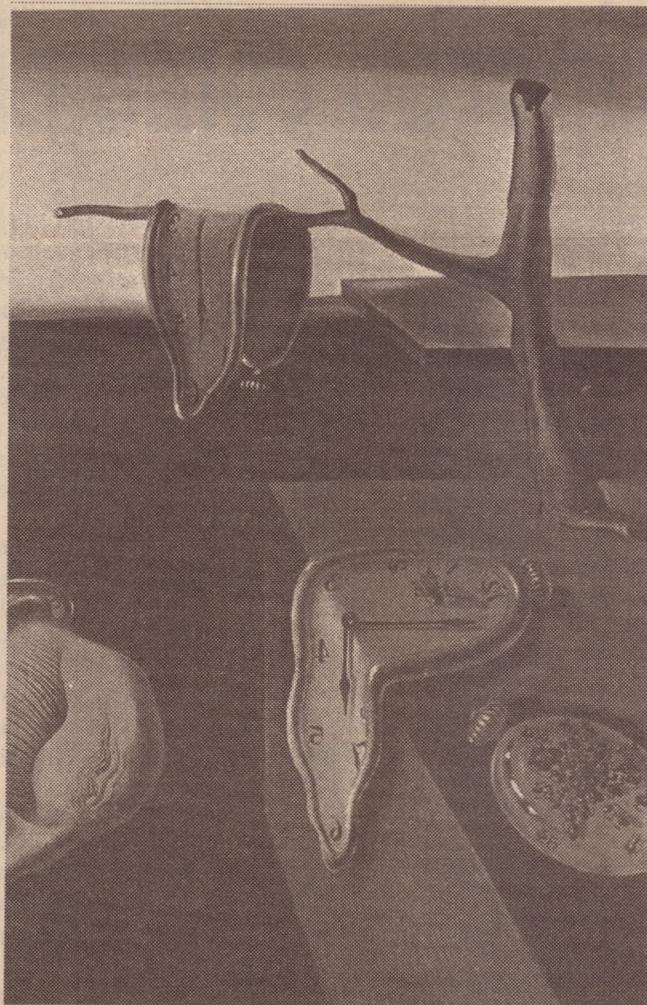
Não significa, evidentemente, ausência de debate e disputas na linha de campanha, na política de alianças e nas questões de programa. É provável, e em muitos casos necessário, que este processo vá além do 9º Encontro, prossiga no momento seguinte. Mas é preciso ver que está se dando em um marco de grande unidade.

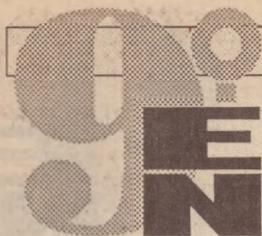
**8.** Alguns temas destacaram-se e serão objeto de maior definição no Encontro, sendo importante compreender que linha de resolução devemos procurar.

**9.** Tomando em primeiro lugar as polêmicas em torno ao programa cabe assinalar que o objeto mais importante de emendas seja o que se refere à participação popular e à dinâmica da revolução democrática. Ainda que o grau de elaboração seja mais ao nível de concepções - inclusive porque a experiência real de participação popular conhece limites locais - um conjunto de emendas mostra a necessidade de desenvolver mecanismos de controle, gestão e participação. Construir uma concepção que organiza a idéia-chave de revolução democrática é um elemento decisivo para um

**As decisões do 9º EN devem preparar o PT para uma disputa política polarizada entre esquerda e direita.**

**O encontro deve criar uma ampla unidade em torno do perfil de esquerda que vem marcando a ação do PT e a candidatura Lula.**





governo cuja dinâmica será dada pela capacidade de vencer os conflitos face à ditadura do grande capital sobre economia e face às elites que privatizaram o seu próprio Estado.

10. Sobre a dívida externa, a proposta original - aprovada por ampla maioria na Executiva Nacional - já se constitui em um bom ponto de partida: crítica os acordos com os credores, que agora estão sendo concluídos, como nocivos aos interesses nacionais; reafirma o direito soberano do governo de suspender unilateralmente os pagamentos, para dar força a uma auditoria, enfrentar a intransigência dos credores, para preservar a capacidade de investimento do Estado ou as reservas cambiais. Nas condições atuais, a conclusão lógica desta posição será de fato suspender os pagamentos da dívida externa.

O debate no partido girou, em geral, em torno da conveniência de explicitar melhor esta questão; caberá ao 9º Encontro avaliar a melhor maneira de fazê-lo. ~

11. O debate em torno aos direitos das mulheres, que inclui o atendimento ao aborto, sofreu a carga pesada da hierarquia católica. Ao mesmo tempo que sinalizou um possível apoio a Lula pressionou pela retirada desta referência e da que trata dos direitos dos homossexuais.

Em relação às mulheres, opõe de um lado uma posição que

procura alterar uma realidade dramática que atinge milhões de mulheres - uma situação face a qual o PT não pode omitir-se - a valores de uma estrutura autoritária que não hesitou em perseguir os que dentro dela ousaram defender a teologia da libertação, o compromisso com a causa dos pobres. Opõe a conquista de cidadania para as mulheres ao mundo da opressão.

O PT deve ter a coragem de optar. Deve explicar pacientemente

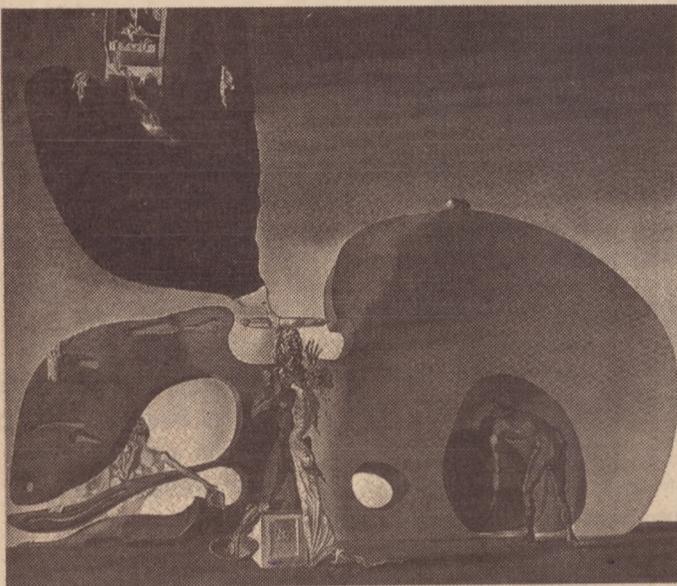
sua posição, inclusive como não agressora à fé, pois não obriga a ninguém, mas que não fecha os olhos ao sofrimento de milhões de mulheres. A proposta original, que pode ser melhor explicada, não se trata de uma apologia do aborto; ao contrário, busca explicitamente a redução dos casos de aborto.

12. Um outro grande tema de discussão no Encontro é a política de alianças. Teremos que lidar com um quadro alterado pelo afunilamento e polarização da disputa presidencial. Ela comporta três aspectos. Inicialmente a consolidação da frente em torno a Lula, com os partidos dispostos a assumi-la nacionalmente. Em segundo lugar, uma linha clara de conquista e busca de adesão de setores e bases sociais de partidos, como o PDT, que estão se inviabilizando na disputa nacional. Em terceiro lugar, o tratamento em relação a setores efetivamente dissidentes da direção oficial do PSDB e que apoiem Lula no 1º turno.

O maior desafio é o de combinar a construção da maior viabilidade e apoio a Lula com as realidades estaduais, o que exigirá, mais do que a resolução do Encontro, um processo fino de definição de políticas entre a direção nacional e as direções estaduais envolvidas. Um caso estadual específico deve ir a voto: a política de alianças no Ceará. Neste estado, uma maioria apertada continua defendendo o apoio a Tasso Jereissati, em oposição à política nacional de alianças e à acertada (e reiterada) posição da Executiva Nacional.

13. Por fim, o 9º Encontro é um momento privilegiado de lançar os comitês Lula e chamar à participação os milhões que querem resgatar a esperança. São comitês abertos, amplos, que se propõem a antecipar nossa proposta de participação popular e que se dirigem aos setores organizados em partidos, sindicatos, movimentos, mas também aos que, pela primeira vez, se dispõem a associar-se em uma luta política de massas.

Um Encontro que prepara o partido para ganhar uma disputa polarizada deve criar um amplo acordo nas suas decisões. Ainda mais porque, além do Encontro, um conjunto de desafios exigirá uma ampla unidade das principais forças do partido. A construção de condições de disputa nos estados determinantes, com destaque para São Paulo; a definição de alianças coerentes; a mobilização política-eleitoral da maioria da população, são desafios postos para o partido cuja resolução depende em muito da capacidade de sair unificado deste 9º Encontro.



# A participação como eixo do programa

ENTREVISTA COM SONIA HYPÓLITO

*Como a participação popular está presente no programa do PT?*

Esta é primeira vez que estamos discutindo a questão com a profundidade que ela merece. Em 1989 esse tema praticamente não foi levado em consideração. Agora, num primeiro momento da discussão, encontramos duas posições. De um lado, haviam aqueles que consideravam que a participação popular não deveria ser tratada como um todo e que apenas devíamos dar a tarefa a cada um dos grupos que estavam debatendo o programa de fazer as propostas específicas de suas áreas (como, por exemplo, a criação de conselhos).

De outro lado, estavam posições contrárias a isso, que viam a participação popular como um política de governo que abrange todas as áreas. Nesta concepção, ela é *uma forma de governar* que vai ser desdobrada em cada ministério, cada estatal, cada órgão do governo, de acordo com as orientações gerais.

Esta preocupação é compreensível em função das dificuldades e das experiências muito difíceis que tivemos, por exemplo, na administração de São Paulo. Aí as várias secretarias tentavam implementar os seus conselhos (na educação, na saúde etc.) e

criou-se o PIEP, que seria o projeto de articulação da participação popular mas que não avançou. Isso em razão de que o nosso governo não tinha uma proposta global que transformasse a participação popular num eixo de governo, desdobrado num método de gestão da administração. A experiência mostra que sem isso as medidas pontuais acabam sendo muito limitadas. Tem que ser um todo, uma filosofia materializada em propostas concretas de constituição destes canais, ainda que institucionais, de participação.

Temos debatido problemas de democratização da gestão, da transparência na administração, da participação popular na definição do orçamento, das prioridades e até do mérito de ações dos ministérios. Mas não se pode dizer hoje que esta questão esteja assimilada. Ainda há pessoas dentro do partido que não estão convencidas de que esse deva ser um dos eixos fundamentais que costure toda a ação do governo.

*Isso tem um alcance para além do executivo?*

Creio que os petistas que estão envolvidos nesta elaboração tendem a considerar o programa que discutimos como um programa global de transformações da sociedade e não como uma proposta exclusivamente sobre as atividades e o exercício estrito das competências do executivo. O governo

vai ser também do PT e o partido incorpora as mais caras aspirações dos movimentos sociais - o programa de governo deve contemplar as reivindicações mais gerais, mais importantes dos movimentos, que fazem parte das propostas do partido.

Além disso, na disputa política, as distinções de esferas não são absolutas. O executivo pode, sobre vários assuntos, estimular todo um debate na sociedade; pode criar campanhas dando-lhes um viés diferente. Por exemplo, ele pode, enquanto governo, comandar uma campanha contra a discriminação racial e dar o tom dela. A militância do partido está discutindo este programa para lutar contra a discriminação, procurando detalhar o que podem ser medidas do executivo, mas não só isso.

Quando uma liderança ou um militante do movimento popular pegar o programa de governo e aitem que se identificar com aquele programa. Ele não é obrigado a saber o que é tarefa do executivo e o que é do legislativo; é importante que o programa tenha a cara do PT, que de fato mostre para ele, em linhas gerais, o que vai ser o governo Lula para a área onde ele intervém.

*Como a participação pode ser concretizada na situação de governo?*

A importância dos movimentos e da mobilização funciona em dois sentidos. De um lado, eles

# O papel das Caravanas

ENTREVISTA COM RUI FALCÃO

## *O que as caravanas têm indicado?*

Em primeiro lugar revelam que a população está desencantada com os políticos e com o estilo tradicional da política e vem criando uma esperança grande com Lula. Os discursos de Lula correspondem a esta expectativa: ataque aos problemas imediatos, comida, saúde, fim da corrupção, moradia.

Há uma necessidade cada vez mais sentida - e que as caravanas certamente trazem uma contribuição importante - de traduzir o programa em algumas idéias simples e concretas para transformar a vontade de vingança contra os poderosos numa possibilidade de organização consciente dos setores populares.

Isto acontece por dois motivos. De um lado, Lula não pode ser visto como salvador da pátria, capaz de resolver todos os problemas do país em um único governo. Isto, além de ilusório, pode colocar esta esperança em um conjunto de exigências incapazes de ser atendidas de imediato e levar à frustração e à oposição ao governo. De outro, boa parte da governabilidade depende da capacidade de cumprir o programa e, portanto, da participação popular. Embora nossa participação deva crescer no parlamento, dificilmente teremos maioria. Um outro aspecto das caravanas é que, apesar do que diz a grande imprensa (que também nisto, mostra que sabe o que se passa), elas não têm um conteúdo propriamente eleitoral. A campanha eleitoral é marcada pelo comício. As caravanas possibilitam um diálogo e um contato diferente.

Estamos fixando a imagem de um candidato corajoso, ao lado dos pobres, honesto e cujas bandeiras correspondem ao povo e ao PT, coisas que estão na cabeça do povo e associadas à história do PT. Lula concentra tudo isso.

## *As caravanas estimulam a formação de comitês-Lula?*

Não temos uma avaliação mais detalhada. As caravanas deixam um rastro, um caldo de cultura, para desenvolver os comitês, sabendo que serão abertos e que devem atrair gente de outros partidos.

Mas há uma questão de entendimento que deve ser observada. Há ainda uma confusão em ver os comitês como comitês do PT.

Eles devem ser amplos, onde os filiados do PT participam. Se soubermos estabelecer a vinculação, a partir da identidade com Lula, podemos estender o voto com adesão aos candidatos majoritários e proporcionais. O inverso é incorreto. Teremos que saber combinar estruturas diferentes, a do PT, a da Frente e a dos comitês propriamente.

## *Como o programa de governo se relaciona com a capacidade de mobilização?*

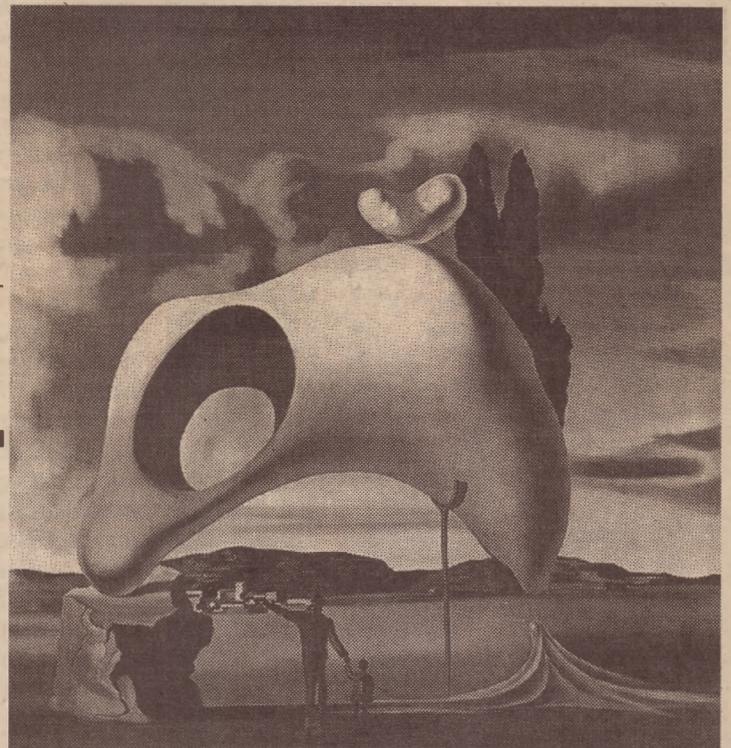
Chegou o momento de transformar o programa em plataforma de campanha, que orienta o discurso e dinamiza a militância. É preciso extrair as idéias-força que dão a diferença. A plataforma deve ser vertebrada pela clareza sobre quem ganha e quem perde, pela convicção nos valores que organizam a nossa proposta.

Nosso programa se condiciona por alguns limites, ou por outro lado, por potencialidades. Assim, a vitória no 1º turno ou no 2º tem implicações diferentes.

Desde já é importante balizar os pontos estruturais do que propomos. Vai estar balizado também pelas energias mobilizadas na campanha e pelas que podem ser impulsionadas pela ação do governo.

Pela expansão destes limites e pela nossa capacidade de imprimir reformas políticas substantivas, estaremos lançando a sorte do êxito do governo Lula. Estaremos construindo as possibilidades de prosseguir com este governo e estas diretrizes no futuro. Este é o processo que permitirá colocar em disputa projetos e valores mais profundos, vinculados com nosso projeto histórico. □

*Rui Falcão é deputado estadual e vice-presidente do PT.*



podem garantir aquilo que está no programa de governo. É claro que vão existir forças sociais e políticas, entidades patronais, os limites no legislativo e no judiciário, todos os interesses contrários ao nosso programa e as suas propostas. É necessário que os movimentos organizados se mobilizem, dêem apoio, dêem suporte, para a implementação destas propostas.

O outro lado é como o governo Lula vai implementar os canais institucionais de participação popular. Há necessidade de se distinguir pelo menos três situações diferentes:

- no caso das discussões gerais, como é a do orçamento participativo, teremos que incorporar os mais diferentes setores da sociedade. Trata-se, de fato, da montagem de um cenário onde os vários setores e classes sociais vão disputar a defesa de seus interesses;

- temos a situação dos distintos setores da economia, onde trabalhadores e empresários vão discutir os seus interesses sobre condições de trabalho, gestão, investimento (como é hoje o caso, em escala limitada, das câmaras setoriais). A presença do governo tem aí mais o caráter de articulação com a condução global da economia.

- e temos os movimentos que procuram garantir os direitos sociais, a maioria estabelecidos na Constituição, que reivindicam do Estado o seu cumprimento. Neste caso, não podemos nos esquecer que com os grandes investimentos do capital nas áreas sociais acaba havendo também um conflito entre a luta pelo cumprimento dos direitos sociais e a ação dos movimentos e o próprio capital (e não mais

apenas com o Estado). Se o governo implementar seu programa, vai haver inclusive um conflito crescente do Estado com o capital privado atuando em áreas como a saúde.

As três situações implicam em diferentes mecanismos de institucionalização, em diferentes formas de participação popular.

## *E as grandes decisões também serão tomadas com a participação popular?*

Até agora estávamos discutimos situações onde não é o conjunto da população que participa, mas apenas setores organizados. É, porém, fundamental que em vários momentos o governo convoque o conjunto da população para se expressar, através de outros instrumentos de consulta e decisão, como em plebiscitos e referenduns. Mas isso exige que a população receba previamente as informações, o conhecimento e os instrumentos, que tenha acesso aos debates sobre os temas em pauta para participar conscientemente destas consultas mais gerais.

## *E sobre a organização por local de trabalho?*

Temos nas empresas estatais, que impulsionar não apenas a organização dos seus próprios trabalhadores mas também um controle social mais amplo, inclusive dos consumidores e usuários, que efetivamente desprivatize estas empresas.

Nas empresas privadas, a organização dos trabalhadores em comissões de fábrica e empresa é uma antiga bandeira do PT. Essa é a única forma segura de garantir que as condições de trabalho e a própria

gestão da empresa sejam debatidas e os trabalhadores possam participar das decisões. O governo deverá utilizar seu peso político para permitir que a democracia adentre também os locais de trabalho.

## *Como essas iniciativas se articulam de conjunto?*

Há uma expectativa de que o governo Lula vai resolver todos os problemas em todas as áreas, que vai ser o governo da salvação. Mas é decisivo compreendemos que a conquista do governo e sua atuação apenas desencadeiam um processo cujos ritmos e mesmo a dinâmica de conjunto não está pré-estabelecido. O enfrentamento das reformas estruturais produzirá reações dos nossos oponentes e poderá aprofundar a organização popular, criando as condições para sua radicalização. O fundamental é que isso seja feito junto com as maiorias nacionais, com elas participando cada vez mais, intervindo em todo o processo, avançando em sua organização e consciência e assim modificando cada vez mais a correlação de forças. □

*Sonia Hypólito é secretária de movimentos populares da executiva nacional do PT.*

# O governo do PT e os jovens

MAURÍCIO DURÁ E PAULO DENIZAR

**É importante ver as juventudes, as suas diversidades e demandas, abrindo espaço para sua atuação nos distintos campos.**

O PT realizará nos dias 23 e 24 de abril o IIº Encontro Nacional de Juventude, onde será aprovado o texto que o setor encaminhará ao 9º Encontro Nacional. O destaque dado a este ponto justifica-se, antes de tudo, pelo enorme contingente populacional que a juventude representa. A pirâmide etária brasileira é fortemente acentuada na sua base, metade dos brasileiros têm idade inferior a 25 anos; a faixa de 14 a 24 anos representa 19% da população.

Mas, para além dos números, é fundamental identificar este(s) sujeito(s) em sua(s) diversidade(s) e demandas. Uma política de esquerda, inovadora, tem que considerar o jovem como cidadão com todos os direitos, abrindo espaços para a sua atuação nos distintos campos sociais e políticos.

## Quem são a(os) jovens

O senso comum nos permite dizer que os jovens encontram uma sociedade que os descrimina em muitas de suas áreas de

atividade. Na família, na escola, no trabalho, o jovem é considerado, em geral, *incapaz de opinar e decidir*, recebendo o trato de cidadão de "segunda classe". Alguns, inclusive, consideram o jovem como suspeito, pelos seus hábitos, costumes, companhias e atitudes, mal vistas pela geração adulta.

A condição juvenil se caracteriza por ser um momento de transformações em todas as esferas do indivíduo, sejam elas biológicas, sociológicas ou psicológicas. Momento de uma frenética busca de novas experiências e conhecimento, surge como um momento difícil e ao mesmo tempo extremamente enriquecedor para sua formação.

Um momento de construção da identidade do indivíduo. É o período marcado por contradições com a família, com as religiões, com as instituições sociais como um todo. Esses conflitos são parte da busca de uma identidade própria, onde a convivência com os grupos de pares diários vai ter uma forte influência na construção da identidade individual do jovem.

Nos deparamos, na juventude, com formas muito diferentes de organização, de atuação e relacionamento com o mundo "adulto". Temos setores que têm conquistado um espaço político, como é o caso dos estudantes, organizados em torno de suas entidades, mas que no geral não tem ultrapassado o limite do corporativismo reivindicatório. Temos também o surgimento de novos elementos jovens na cena pública, marcado pela luta pelo direito à cidadania: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a presença jovem no movimento "Pela ética na política" e na campanha contra a fome.

Porém existem um sem fim de grupos juvenis, onde estão organizados a maioria dos jovens. Marcados por uma forte identidade grupal, construindo uma identidade própria, com normas e valores,

hábitos e linguagem, que se contrapõem e ao mesmo tempo dialogam com as culturas, valores e normas reinantes na sociedade. São as chamadas *tribos*. Apresentam, ainda, uma forte coesão interna, mas nem sempre estão em sintonia entre si. Sua atuação política se diferencia, na maioria das vezes, dos modelos militantes do cotidiano.

## Problemas centrais

Apesar da heterogeneidade, podemos encontrar algumas características e demandas presentes nas juventudes, é claro com forma e em graus diferenciados.

**A questão da violência.** *Temos uma guerra não declarada contra a juventude e as crianças do Brasil.* A violência, um dos grandes problemas nacionais, encontra na juventude uma das suas principais vítimas.

O relatório da America Watch apresenta dados alarmantes desta guerra: no período de 1988 a 1991, 5644 crianças e adolescentes foram assassinadas no Brasil. Destes casos, 90% não foram esclarecidos até hoje. Destas vítimas, 76% eram trabalhadores ou estudantes, sendo a polícia e os esquadrões da morte responsáveis por uma grande proporção destes casos. E o país tem hoje 500.000 prostitutas com menos de 17 anos.

**O Emprego.** Outro leque de problemas dizem respeito ao mundo do trabalho e a busca do primeiro emprego. Segundo dados do PNAD/IBGE-1990, 4,6% da PEA compõe-se da faixa etária de 10 a 14 anos, representando 17,48% da crianças nesta faixa etária. Para a faixa dos 15 aos 19 anos, 56,70% estão no mercado de trabalho, representando 13,11% do total da PEA.

Este alto índice de inserção no mercado de trabalho, pode ser explicado pelo agravamento das condições de vida no país, que leva parcelas importantes da juventude a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, com o objetivo de somar seus ganhos à renda familiar, significando, em muitos casos, um prejuízo de sua formação educacional. Mas esse ingresso é também uma forma de acesso a uma sociedade de consumo, onde o dinheiro torna-se o único passaporte para aceder a sua parcela, mesmo que limitada, de cidadania.

**A cultura, o lazer e a educação.** Temos também as que surjem no processo que denominamos de *condição juvenil*.

O lazer não é um complemento a ser atendido quando estiverem satisfeitas as "necessidades básicas", não é um luxo. Esta visão o é completamente errada, principalmente quando se quer dialogar com a juventude. *Para o jovem o lazer é uma necessidade básica.* Ele abre a possibilidade do jovem sair do ambiente regulador e muitas vezes repressivo e sufocante, da família, da escola e do trabalho.

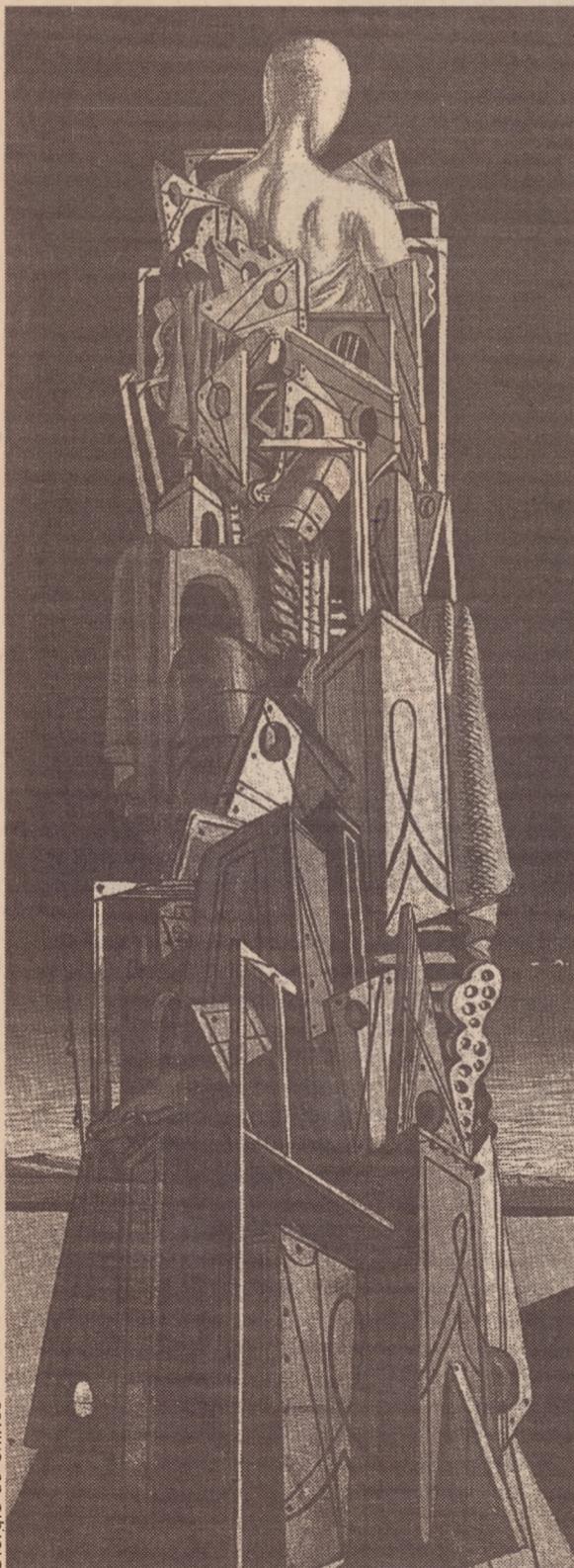
Através do lazer, o jovem consegue novas informações e busca satisfazer suas necessidades, a partir do contato com o novo mundo que se apresenta. É um espaço de experimentação extremamente significativo, e que influencia fortemente na composição do seu universo de valores e de seu modo de vida.

Na área da educação, a política do PT deve visar, além de resolver a questão do acesso à educação e da democratização da gestão, estabelecer uma concepção da educação que torne a escola um rico espaço de desenvolvimento das potencialidades do jovem. O processo de assimilação/construção do conhecimento deve buscar formar indivíduos mais críticos e inovadores, inserindo nas grades curriculares preocupações e anseios juvenis, como o lazer e a cultura, e tratando de questões que precisam ser desmitificadas, como a sexualidade e as drogas.

## Propostas

Esse é um importante desafio para o PT. Ele terá que ser desdobrado em propostas concretas abarcando as áreas do combate à violência, do emprego juvenil, do lazer e da produção cultural, da educação, da saúde pública (com destaque para os problemas da sexualidade e da prevenção à toxicomania), da mulher jovem e da questão militar. Neste último ponto, nosso programa deve contemplar a introdução do serviço militar obrigatório, a elaboração de um estatuto do soldado e uma reforma em profundidade do ensino militar. □

*Maurício Durá é secretário nacional de juventude e Paulo Denizar é do coletivo estadual de juventude do PT do RS.*



Giorgio de Chirico

# Direitos dos homossexuais e programa de governo

WILLIAM AGUIAR

**D**epois que a primeira versão do Plano de Governo do PT foi divulgada, dois pontos tiveram mais destaque e foram explorados pela imprensa de maneira sensacionalista: a questão do aborto e o reconhecimento legal das relações estáveis entre homossexuais.

A repercussão disso não tardou a se fazer sentir e essas propostas começaram a ser debatidas pelos petistas, no bojo da avaliação desta primeira versão do plano. Alguns consideram que estas questões não devem fazer parte do Plano de Governo porque não são atribuições do Executivo. Outros são mais sinceros e dizem que com essas propostas o PT não ganha eleição e que o melhor seria fazer um plano resumido, não colocando as reivindicações dos movimentos, pois estas dependem de outras iniciativas que não estão ligadas exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores, caso este chegue ao governo. Depois da eleição de Lula, estes pontos seriam discutidos e, quem sabe, implementados.

## Processo de elaboração

O melhor é iniciarmos o debate explicando como foram elaboradas estas propostas e qual é a principal discordância das opiniões sobre o PG-94. A questão do aborto, assim como outras propostas dos grupos organizados de mulheres, já vem sendo discutida dentro do PT desde a sua fundação. Dentro do Plano de Governo, ela vem sendo tratada como uma questão de saúde da mulher e foi resultado de muita discussão nos núcleos, onde as mulheres estão organizadas.

Em relação aos homossexuais, o processo foi parecido. Foi feito um questionário para os 43 grupos gays e lésbicos existentes na época (hoje são 47), pedindo que fossem colocadas as principais reivindicações do movimento em relação ao combate do preconceito e da discriminação por orientação sexual. Com o retorno destes questionários, o Grupo de Gays e Lésbicas do PT sistematizou as propostas e enviou para os companheiros responsáveis pela elaboração da primeira versão do PG-94, juntamente com um histórico do Movimento Homossexual Brasileiro, com dados relativos à violência a que os cidadãos(ãs) homossexuais são submetidos e um cronograma de ação referente aos cem primeiros dias de governo Lula. Pois bem, as propostas foram analisadas pela Comissão e incluídas no PG-9 no capítulo "Política, Cidadania e Participação Popular."

## O que é o programa?

A polêmica, na verdade, não foi somente pelo fato das propostas terem encontrado resistências em setores petistas ligados às igrejas de orientação cristã. Existe uma outra, que parte do princípio de que estes pontos, reconhecidos como legítimos, não devem fazer parte de um Plano de Governo. Sendo assim, existe uma questão que antecede as propostas das mulheres e dos homossexuais, que seria a concepção de Plano de Governo, ou seja, o que os petistas pensam que sejam propostas para um governo democrático popular.

O Grupo de Gays e Lésbicas do PT, acredita que o capítulo que trata da cidadania e participação popular é essencial para o Plano de Governo do PT. Fazendo como querem alguns companheiros, isto é, excluindo alguns pontos apenas para garantirmos a vitória nas próximas eleições, não seremos coerentes com a orientação que sempre presidiu do partido. É óbvio que a maioria das propostas originárias do movimento popular não depende exclusivamente do Executivo, visto que

dizem respeito a modificações de leis e, portanto, estão mais ligadas ao Poder Legislativo. Porém, todos nós sabemos que a formulação de leis não é atribuição exclusiva do Legislativo e que a influência dos outros poderes neste sentido é, muitas vezes, maior do que do órgão competente.

## A posição da Igreja

Outra questão que nos atingiu imediatamente depois da divulgação do PG-94 foi a reação de alguns petistas ligados a setores religiosos. Estes alegaram que os pontos não estão de acordo com os preceitos religiosos que obedecem. Esta posição mostra a maneira como algumas religiões tratam de forma equivocada questões relacionadas à sexualidade, ao mesmo tempo que alimenta na imprensa burguesa um debate que hoje está sendo utilizado unicamente para desgastar a candidatura Lula - um debate que o PT teria interesse em travar com a sociedade em outros termos. De outro lado, não deixa de ser um desafio posto para um partido comprometido com a luta contra toda forma de opressão, pois boa parte dos trabalhadores filiados possui crença religiosa e são influenciados pelas declarações de padres, bispos e freiras que são totalmente contrários a essas propostas.

Alguns militantes do movimento homossexual, sabendo que a expressão "contrato de união civil", que foi alvo da crítica da Igreja, pode dar oportunidade para interpretações dúbias, propuseram a modificação da redação desta proposta, sem que se perca a essência - ou seja, o partido se compromete a tomar iniciativas que visam garantir os direitos dos homossexuais que possuem relações estáveis no que diz respeito a previdência social, partilha de bens e herança, através de propostas de modificações das leis.

Enfim, os setores envolvidos (direta ou indiretamente) estão se manifestando. Isso não deixa de ser positivo. O programa do PT deve ser coerente com a sua história e essa não está separada dos movimentos sociais. O programa deve propor uma *revolução democrática* para esta sociedade, que discrimina o homossexual na hora que este pretende alugar um imóvel, ir ao médico ou conseguir um emprego. Deve garantir as condições mínimas de saúde para as mulheres que precisam fazer um aborto. Vale a pena lembrar que nenhuma mulher deve sentir prazer em fazer isso. Deve ser, portanto, um programa para *mudar a vida*, onde levemos adiante a *universalização dos direitos*. □

William Aguiar é  
membro do Grupo de Gays  
e Lésbicas do PT



# Construir as bases da cidadania

MIRIAM NOBRE E NALU FARIA



Fotos: Fiti Long

O aprofundamento da crise econômica e as políticas neoliberais do governo Collor provocaram um visível aumento da pobreza. Provocaram também uma generalização da consciência sobre o lado miserável do Brasil, cuja existência não podia ser ignorada. A demonstração maior dessa mudança na sensibilidade nacional foi o sucesso da Ação

pela cidadania contra a fome e a miséria, pela vida, a Campanha contra a fome.

## Impacto do neoliberalismo

De um lado, tivemos as conseqüências da política recessiva, que provocou uma queda na renda per capita, entre 1989 e 1992, de 9%, com todas suas decorrências nefastas em termos de desemprego e queda dos salários. Nos marcos de uma conjuntura mais ampla de estagnação, que se iniciou em 1980, temos nestes anos o impacto maior da reestruturação industrial: em 1992, o número absoluto do postos de trabalho na indústria havia caído ao nível de 1971. Segundo dados da pesquisa SEADE/DIEESE, a taxa de desemprego total passou, na Grande São Paulo, de 6,9% em janeiro de 1990, para 16,1%, em abril de 1993, o que significava cerca de 1,3 milhões de desempregados na região. Já a massa salarial equivalia em abril de 1992, a 62% daquela de 1985. O salário mínimo médio caiu de cerca de 117 dólares do início do governo Sarney para 67 dólares no governo Collor e 63 no Itamar.

De outro lado, no governo Collor os cortes de recursos para políticas sociais aceleraram muito o sucateamento dos serviços

prestados pelo Estado, crescente desde 1980. Os gastos públicos federais em educação diminuíram 57,8%, a maior queda já registrada nos últimos 35 anos. O orçamento do Ministério da Saúde em 1993 foi 30% menor que em 1989, e os cortes em alguns estados foram ainda maiores; a Bahia, por exemplo, que aplicava 12% do seu orçamento na saúde no início dos anos 80, em 1992 aplicou apenas 1,2%.

## A resistência popular

Mas as políticas neoliberais encontraram os trabalhadores e os setores populares num processo ascendente de quinze anos de organização independente e grandes experiências de luta, capacitando-os a combaterem com certo sucesso ou limitarem as iniciativas das classes dominantes. Os mais variados sujeitos estão hoje organizados no Brasil: dos trabalhadores urbanos e camponeses sem terra aos meninos e meninas de rua, seringueiros, prostitutas, aposentados... As eleições presidenciais de 1989 já tinham catalisado este processo, polarizando a sociedade em tomo de dois projetos. É só levando em conta este acúmulo que podemos entender como a disputa dos rumos do país continuou com o movimento de *impeachment* de Collor.

O processo de derrubada de Collor sensibilizou diversos setores da sociedade - organizados ou não, em partidos, entidades de classe e associativas - e reforçou a idéia de conquista da cidadania e de participação cívica. É na avaliação deste movimento que se tirou as conseqüências da constatação de que não há cidadania onde existe fome e miséria.

A Campanha contra a fome conseguiu dar *status* político a questões antes desconsideradas. Hoje, grande parte da população acredita que o fim da miséria deve ser ponto central da agenda governamental.

A fome no Brasil era tradicionalmente tratada de forma tão geral que se tornava quase uma abstração. O Mapa da fome produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e a campanha desencadeada permitiram a muitos brasileiros apreender a fome como um grande problema nacional.

**O Mapa do Emprego revela que as mulheres negras ganham menos que os homens negros, que ganham menos que as mulheres brancas, que ganham menos que os homens brancos.**

## A pobreza não é sempre igual

O Mapa do Mercado de Trabalho do IBGE permitiu visualizarmos questões antes tratadas quase que exclusivamente pelos grupos diretamente envolvidos. Isso facilitará a discussão e o tratamento global dos vários elementos envolvidos na produção das desigualdades econômicas e sociais, que empurram grande parte da população para uma situação de ainda maior exclusão. Afinal, enfrentamos uma situação de subordinação e dominação "para tirano nenhum botar defeito" como é o caso do extermínio de crianças, da prostituição infantil, da violência urbana.

### Regiões e atividades

O fato de que até hoje se tenha poucos estudos que busquem entender essa situação de conjunto alimentou equívocos de análise e de política, em geral a partir da idéia de que a pobreza atingia uniformemente as classes dominadas. Mas os dados agora contestam isso. Alguns aspectos desta desigualdade na distribuição da pobreza já eram mais reconhecidos. A começar pela concentração da renda: 10% dos trabalhadores recebem 48% dos rendimentos do trabalho no país.

Depois sua distribuição regional. A renda média mensal do trabalhador brasileiro é de 4 SM. Mas

enquanto no Sudeste ela é de 5 SM (6,1 SM em São Paulo), no Nordeste ela é de 2 SM (atingindo apenas 1,6 SM no Piauí e 1,7 SM no Maranhão). A miséria distribui-se, assim, de forma muito desigual pelo território nacional e o Nordeste concentra os seus maiores bolsões, produzidos pelo acesso diferenciado ao mercado de trabalho, à educação, à saúde.

A exceção é Brasília, cujo salário médio mensal é de 8,0 SM por trabalhador é o mais alto do país, demonstra o papel do poder político e do setor público na distribuição da renda. Mas aí também há os excluídos: Brasília tem o maior índice de desemprego do país e suas cidades-satélite tem explosivos bolsões de miséria.

Mas a distribuição é também desigual entre a cidade e o campo. Enquanto o salário médio do trabalho.

### Gênero e raça

Mas, como afirma o estudo do SEADE Crianças e adolescentes, "a pobreza é um fenômeno multifacetado, com distintos graus e tipos de carência que se produzem e se reproduzem no interior da família".

A renda média nacional do homem branco é 6,3

SM enquanto do homem negro ou pardo é de 2,9 SM; a da mulher branca de 3,6 SM e da mulher negra ou parda é de 1,7 SM. Enquanto a renda média dos homens é de 4,6 SM, a das mulheres é de 2,6 SM. Assim, as mulheres negras ganham menos que as brancas e que os homens negros. As mulheres brancas ganham mais que os homens negros em função do peso das que pertencem a camada mais rica. As mulheres jovens hoje tem um nível de escolaridade maior que os homens, mas isso não reverte em melhores condições de acesso a emprego e salário.

Esse quadro se explica por vários fatores: as profissões consideradas femininas conhecem um processo de desvalorização e de redução dos seus salários; o acesso à educação não garante a superação das barreiras sociais que excluem as mulheres das melhores oportunidades; a responsabilidade exclusiva com o trabalho doméstico induz as mulheres a aceitarem mais que os homens empregos de tempo parcial ou precários (além de resultar em jornadas mais longas).

O estudo mostra, em relação aos negros, que embora sejam em menor número em Curitiba do que em Salvador, tem uma diferença salarial menor em relação aos homens brancos. Isso em função

São 32 milhões de brasileiros que recebem menos que o necessário para adquirir uma cesta básica, concentrando-se principalmente na periferia das grandes metrópoles e no nordeste rural.

A necessidade de respostas mais permanentes fez com que a Ação pela Cidadania definisse a garantia de emprego e renda como meta para 1994. É preciso que as pessoas encontrem trabalho e que recebam por ele o necessário para ter uma vida digna.

### Quem consegue trabalhar no Brasil?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o organismo do governo responsável pelo censo, produziu o **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil** - a pedido da Ação pela Cidadania e com dados do Programa Nacional de Amostras de Domicílio (PNAD) de 1990. Conclusão: do que considera uma população economicamente ativa (PEA) de 64 milhões pessoas, 20 milhões estão desocupadas, trabalham sem receber nada ou recebem até um salário mínimo e 2,4 milhões estão desempregadas. O IBGE considera como PEA as pessoas ocupadas e as desocupadas, sendo consideradas desocupadas apenas aquelas que não estavam trabalhando mas *procuraram trabalho na semana de referência*. Por esta análise, em uma população de mais de dez anos de 113 milhões de pessoas, 49 milhões foram consideradas não economicamente ativas. Destas, 35% são donas de casa que são declaradas inativas pelo não reconhecimento do trabalho doméstico, mesmo contribuindo para o orçamento familiar, vendendo comida ou fazendo artesanato.

A pesquisa do SEADE/DIEESE utiliza outros critérios para aferição do desemprego. Consideram *desemprego aberto* o caso das pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias e que não trabalharam na última semana. Na forma de *desemprego oculto* são quantificadas as pessoas que trabalham de forma irregular e procuraram outro emprego e aqueles que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias por se sentirem desestimulados, mas que o fizeram nos últimos 12 meses.

O desemprego atingia segundo este critério, só na região metropolitana de São Paulo, em dezembro de 1990, 685 mil pessoas. Em fevereiro de 1994, este número era de



que em Curitiba, que tem uma infra-estrutura social melhor, os negros tem um acesso maior a educação enquanto que em Salvador os cargos qualificados são destinados aos brancos.

A discriminação racial está presente em todos os indicadores de condições de vida. A pesquisa do SEADE para a Grande São Paulo mostra que entre as mulheres chefes de família, 39,9% das negras e 32,6% das brancas são analfabetas. Entre os homens, os dados são de 20,4% para os negros e 14,6% para os brancos.

### A situação das crianças

O **Mapa** revelou que 14% das crianças entre 10 e 13 anos (dois milhões de pessoas) já estão no mercado de trabalho. Ganham um terço da remuneração dos adultos, ainda que exerçam as mesmas funções. São os primeiros a serem demitidos, juntamente com outras categorias de mão-de-obra consideradas secundárias e desqualificadas.

Os dados da pesquisa do SEADE mostram que em outubro de 1993 460 mil crianças e adoles-

centes (entre 10 e 17 anos) trabalhavam na Grande São Paulo, número que representa cerca de um terço do total de desempregados adultos.

Essas mesmas crianças ganhavam em média 1,1 SM por mês. Uma renda fundamental para o sustento de suas famílias: quase 30% do rendimento total no setor mais pobre.

Apesar disso, o maior contingente de crianças e adolescentes que trabalham estão no campo. E aí o **Mapa** mostra um dado surpreendente: a maioria das crianças e adolescente que trabalham não são os mais pobres, mas os filhos de pequenos produtores e comerciantes, principalmente no Sul do país, onde ainda há muitas unidades de produção familiar. Nesta região, este trabalho normalmente não significa o abandono dos estudos.

### Poder e ideologia

A criação dessas desigualdades se ancora numa grade de poder - de classe, de gênero, de raça, de

idade - que estrutura o conjunto das relações sociais e fundamenta as instituições, a começar do Estado, que garantem sua manutenção.

Os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) são ainda mais claros. Ela considera que apenas 30% da população brasileira está integrada ao mercado de trabalho formal (com carteira assinada). Dos restantes, 30% não trabalham, 22% estão subempregados e 18% desempregados. Esta exclusão está presente na educação: 18% da população é totalmente analfabeta; 20% são analfabetos funcionais (alfabetizaram-se, mas não tem preparo escolar); 35% são alfabetizados, com o primeiro grau incompleto; 15% tem o primeiro grau completo, mas não possuem preparo específico; e apenas 12% da população estão, segundo a FAO, preparados para trabalhar em uma sociedade moderna.

O órgão da ONU conclui que o Brasil está dividido entre "uma minoria da sociedade que opera um parque industrial e tecnológico moderno, com renda per capita da ordem de 4 mil dólares, e por outra sociedade, representada pela maioria dos brasileiros, que opera uma economia primitiva, com renda per capita inferior a 400 dólares." O que a FAO não diz é que uma não existe sem a outra.

### Emprego e concentração de renda

A estrutura de emprego tem implicações diretas sobre a distribuição muito desigual de renda. Das pessoas ocupadas que recebem salários, 10% ficam com 48% dos rendimentos do trabalho no país; isso exclui os ganhos do capital. Considerando a renda proveniente do lucro, das aplicações financeiras e imobiliárias, os 10% mais pobres se apropriavam de 0,7% da renda nacional, em 1993, enquanto os 10% mais ricos absorviam 51% da renda (sendo que só os 1% mais ricos ficavam com 15%).

A desigualdade salarial tem uma marca de gênero e raça, penalizando mulheres e negros, além de todos os setores mais desfavorecidos da sociedade. Segundo o **Mapa**, enquanto os homens ganham em média 4,9 salários mínimos (SM), as mulheres ganham 2,8 SM. Enquanto os homens brancos de Brasília em média 12,2 SM, um homem negro do Piauí ganha 1,2 SM.

Assim, o acesso precário ao mercado de trabalho faz muitos brasileiros serem pobres. A geração de empregos de boa qualidade é

centes (entre 10 e 17 anos) trabalhavam na Grande São Paulo, número que representa cerca de um terço do total de desempregados adultos.

Essas mesmas crianças ganhavam em média 1,1 SM por mês. Uma renda fundamental para o sustento de suas famílias: quase 30% do rendimento total no setor mais pobre.

Apesar disso, o maior contingente de crianças e adolescentes que trabalham estão no campo. E aí o **Mapa** mostra um dado surpreendente: a maioria das crianças e adolescente que trabalham não são os mais pobres, mas os filhos de pequenos produtores e comerciantes, principalmente no Sul do país, onde ainda há muitas unidades de produção familiar. Nesta região, este trabalho normalmente não significa o abandono dos estudos.

**O aumento da pobreza e da consciência social dela, num quadro de resistência às políticas neoliberais, explica o sucesso da Campanha contra a Fome.**

**A desigualdade na forma como é vivida a pobreza exige um tratamento desigual dos desiguais através de políticas de ação afirmativa.**

idade - que estrutura o conjunto das relações sociais e fundamenta as instituições, a começar do Estado, que garantem sua manutenção.

Mas os processos de produção da desigualdade raramente aparecem como processos sociais: normalmente são apresentados como questões naturais e parte de uma essência dos seres humanos (em substituição à velha ideologia que apresentava as desigualdades como desígnios de Deus).

Assim se diz que a pobreza é fruto da preguiça e sempre se tem histórias impressionantes e lendárias do esforço dos que se enriqueceram. As mulheres são consideradas incompetentes, frágeis, apropriadas para o trabalho doméstico, escondendo por exemplo que produzem metade dos alimentos da América Latina. Os negros e os índios são tidos como preguiçosos, lentos e pouco inteligentes. Assim só o homem branco está apto para oportunidades na vida e é claro sobressaíram os mais "esforçados". Ainda hoje está presente a idéia de que são pobres os que não trabalham e desperdiçam.

Nenhuma política que busque resolver a situação de miséria e exclusão pode considerar a classe trabalhadora como sendo uniforme, ignorando a existência do corte de raça e gênero. □

condição para o acesso a cidadania. Mas as mudanças tecnológicas e as políticas neoliberais têm reduzido o número absoluto de empregos, mesmo nos países capitalistas centrais. Os postos de trabalho das indústrias avançadas são ocupados por poucos

trabalhadores altamente qualificados. A grande maioria estão sendo jogados em empregos mais precários, sem garantias, benefícios indiretos e pior remunerados. Um dia têm emprego, no outro estão desempregados, sem que isso implique em custos adicionais para os capitalistas.

O impacto desta "tendência" numa sociedade heterogênea como a brasileira é ainda mais dramático. O processo de industrialização não cumpriu a promessa de criar empregos de qualidade para todos os brasileiros. No Brasil o mercado informal sempre teve uma participação significativa. Segundo o Mapa, 20% das pessoas ocupadas em atividade não agrícola, eram trabalhadores por conta própria - o que normalmente é considerado como trabalho informal.

Como praticamente não existem formas de proteção do Estado, como o seguro-desemprego, quem perde o emprego tenta viver de bicos. Mesmo o assalariamento

não é garantia de emprego formal. As pequenas e médias empresas, que empregam grande parte dos trabalhadores brasileiros, têm um alto nível de "informalidade" nas relações trabalhistas.

Nas grandes empresas cresce a rotatividade do trabalho. Muitos dos operários demitidos não encontram novos postos com a mesma qualificação, salário e garantias. Práticas como a terceirização, o serviço a domicílio e o trabalho em tempo parcial

vêm sendo utilizadas como forma de precarizar as relações de trabalho para reduzir os custos das empresas. Os limites entre mercado de trabalho formal e informal estão cada vez menos visíveis.

## A incorporação das maiorias

A sociedade brasileira deve, para generalizar a cidadania, basear-se em princípios diferentes daqueles que prevalecem na visão liberal e na realidade excludente do mercado capitalista da atualidade. Colocar a solidariedade, a justiça e a redistribuição de renda como valores que organizem o enfrentamento da "questão social" é a única forma de acabar com a fome e a miséria em nosso país.

Isso não significa apenas a incorporação, pelos governos, das demandas dos diferentes setores explorados, oprimidos e excluídos. Exige o tratamento desigual dos desiguais, através de políticas de ação afirmativa, já que propostas genéricas não são capazes de enfrentar muitos aspectos deste quadro complexo e diferenciado. Exige a construção de uma identidade comum aos diferentes setores populares, de modo a que mulheres e homens, negros e brancos, assalariados e camponeses, jovens e velhos, qualquer que seja a sua orientação sexual, possam - sem prejuízo de suas identidades particulares - compartilhar um projeto de conquista e construção permanente de novos direitos e de conquista de sua própria cidadania.

A incorporação de cada segmento hoje excluído da nossa sociedade a um processo político efetivamente democrático passa, inclusive, pela afirmação dos interesses de classe dos trabalhadores, dos interesses de gênero das mulheres, pela construção de uma identidade comum entre os negros, pela manutenção da cultura das nações indígenas. Somente assim poderemos universalizar a cidadania no Brasil.

Isto quer dizer que mais do que inverter prioridades na execução das políticas sociais, as políticas econômicas devem se voltar para o desmantelamento das formas de concentração de renda, para o estímulo à produção de bens e serviços de consumo de massas e para a geração de emprego de forma a incorporar os diferentes setores excluídos pelo mercado. Criar, desta forma, melhores condições para que parcelas cada vez maiores da população hoje ausentes do cenário institucional participem da vida política nacional, mobilizando-se na defesa de seus interesses.

## Novo padrão de desenvolvimento

Como diretrizes deste tipo de política "econômico-social", podemos apontar a universalização da Seguridade Social, como previsto na Constituição. Diagnósticos sobre o quadro caótico dos serviços de saúde, a ineficácia e a manipulação privada dos programas de assistência social já foram feitos. A extensão da Previdência Social ainda está em curso - como a luta das trabalhadoras rurais pelo salário maternidade. A questão é como financiar estas políticas, como criar canais de participação popular que garantam a fiscalização e políticas de investimentos.

A educação tem sido outra forma de distribuição de oportunidades. O acesso à educação permite maiores possibilidades no trabalho, mas também de acesso à cultura, troca de conhecimentos, novos horizontes pessoais. Universalizar os serviços de educação significa melhorar significativamente a vida dos brasileiros.

A proposta do Programa de Renda Mínima redireciona recursos de instituições de assistência para complementação de renda das famílias que ganham menos de um salário mínimo. Este programa deve estar articulado a políticas de caráter estrutural, que visem a reinserção no mercado de trabalho e a permanência das crianças na escola.

Mas o central é impulsionar políticas estruturais de geração de renda e emprego para os setores atualmente mais penalizado. Aí, orientações gerais como a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e o fim das horas extras tem que ser combinadas com a luta contra a precarização do trabalho e com investimentos em setores que são grandes empregadores e/ou que produzem para consumo interno de massas.

Estas políticas de geração de renda e emprego devem, porém, ser organizadas de forma a combater as causas das disparidades regionais, sexuais e sociais de acesso ao emprego e à justa remuneração, incorporando com peso a dimensão de políticas de ação afirmativa. Um modelo de desenvolvimento econômico só será socialmente justo se incorporar de forma equivalente a todos os brasileiros e brasileiras. □

Miriam Nobre e Nalu Faria são membras da secretaria estadual de mulheres do PT



## Os excluídos da previdência

○ A grande imprensa se aproveitou dos dados do Mapa para reafirmar os princípios neoliberais de Estado "eficiente". A Folha de São Paulo dizia, em 11/03/94, que "há um total de 31 milhões de pessoas que, assim como os demais brasileiros, têm direito a utilizar a rede de assistência pública (e, que portanto oneram o governo) e que nada depositam nos cofres públicos." Retomava, assim, o tema que já havia estampado em manchete em 15/18/93: "Previdência só tem mais quatro anos antes de entrar em colapso total".

A Constituição de 1988 incorporou o conceito de Seguridade Social, que reúne Previdência, Assistência Social e Serviços de Saúde universalizados, como forma de redistribuir renda. Isto quer dizer que todos os brasileiros - mesmo que não contribuam diretamente para a Previdência - devem receber seus benefícios.

Os trabalhadores não são os culpados pela precariedade de suas condições de trabalho e contratação; afinal, 51% da população sem emprego formal gostaria ter mudar para um emprego com carteira assinada. Mesmo se os governantes ignoram esta situação, a sociedade não pode continuar sendo omissa quando estes trabalha-

dores necessitassem de atendimento médico, ou chegam na idade de se aposentar, como insinua a Folha.

O princípio aprovado é correto, ao contrário do que afirma os profetas da barbárie neoliberal. A seguridade social deve ser um mecanismo de redistribuição de renda. O problema é que muito pouco foi feito para financiar a universalização da Seguridade Social, porque isso significa penalizar os beneficiados pela concentração de renda. Só as dívidas das empresas para com a previdência em processo (moroso) de cobrança judicial chegavam, em dezembro de 1993, a oito bilhões de dólares. Culpar os trabalhadores do mercado informal pelo déficit potencial da previdência, enquanto se anistiam dívidas de usineiros e se fecham os olhos para sonegação de industriais é uma cegueira ideológica.

Os sistemas de financiamento da previdência - de quem se cobra e a quem se destinam os recursos - são uma clara demonstração de privilégio das classes dominantes. Os trabalhadores sem carteira pagam impostos indiretos em todas as mercadorias que compram e, proporcionalmente a sua renda, contribuem muito mais com o Estado do que qualquer setor da burguesia.

# Em luta e crescendo

RAFAEL FREIRE

**O** Plano FHC2 confunde na hora de explicar como se convertem os salários. O ex-ministro/candidato FHC é muito bem tratado pela *mídia* mesmo quando em sua gestão as taxas inflacionárias dobram e reduz-se pela metade as taxas de crescimento econômico. Visto desse ângulo a situação do movimento sindical foi particularmente difícil em março.

Como plano e candidato nasceram juntos, obviamente, a conjuntura de polarização entre projetos - que já vinha se desenhando desde a consolidação da candidatura Lula - estava em boa medida condicionada pelo rumo que tomaria o enfrentamento do plano pelos trabalhadores e os setores populares.

A confusão resolveu-se por vias mais simples: a segunda parcela do salário paga no final do mês não convenceu (ao contrário, provocou revolta) e a aceleração dos preços desde a promulgação do plano foi mais do que *convincente*.

O mês de abril está marcado pelas lutas por reposição das perdas cuja memória o plano tenta apagar. Metalúrgicos, borracheiros e construção civil no estado de São Paulo, sapateiros em Rio Grande do Sul, funcionalismo federal em nível nacional, entre outras categorias, realizaram movimentos grevistas que na *Gazeta Mercantil*, o principal jornal do empresariado, traduzia em manchetes alertando para a disseminação das greves.

A proposta das montadoras de uma reposição de 19% sobre os salários já convertidos em URV, em meados de abril configura na prática a recomposição do salário *muito perto do pico*. Isso criou um novo cenário: a proposta aceita na Ford e na Volkswagen pode ser lida como "um teto" para as reivindicações de outras categorias, mas mais provavelmente pode vir a ser uma "referência" de estímulo para a luta de outras categorias - sobretudo considerando-se que se trata de uma categoria que há bastante tempo já gozava de reajustes mensais integrais.

No mesmo sentido joga a aceleração da remarcação de preços - especialmente daqueles produtos que são de consumo diário da população: trata-se de um poderoso estímulo à luta por reposição das perdas.

O processo mostra-se mais complexo do que nossos tradicionais esquemas de "unificação das lutas", "rumo à greve geral", etc. E junto com a questão salarial, apresentam-se três outros eixos que mobilização que também deverão potencializar a conjuntura.

## Três eixos

A dispersão dos enfrentamentos continua, apesar de que todos eles estarem claramente condicionados à mesma disputa de projetos na sociedade. O primeiro eixo de enfrentamento veio a ser o tema dos monopólios (petróleo e telecomunicações) e a exploração do sub-solo.

Os sindicatos cutistas dessas áreas tem cumprido um papel exemplar no sentido de denunciar os prejuízos que as propostas neoliberais trarão ao país (ver matéria da p. 16).

A paralização dos petroleiros no dia 23 de março, quando da jornada de lutas convocada pela CUT, a campanha de esclarecimento levado junto a população, assim como sua preparação para fortes mobilizações caso a questão dos monopólios entrar em discussão na revisão, constituiu um dos alicerces que dá consistência à disputa de projeto na atual conjuntura.

Um papel semelhante pode cumprir a proposta de "ocupação de São José dos Campos" programada para 27 de abril, em defesa da Embraer e contra sua privatização. Nessa data, a partir de uma convocatória do CECUT-SP todo o movimento sindical do estado concentrará seus esforços de mobilização nessa cidade na perspectiva de criar um fato que reverta o processo de privatização em curso.

Um segundo eixo tende a se conformar em torno da mobilização do funcionalismo federal em greve desde o dia 20 de abril. Mesmo se tratando de uma mobilização alavancada pela questão da conversão dos salários em URV, há importantes setores como os da educação que colocam com igual peso a luta em defesa do qualidade dos serviços públicos.

Esta questão não é secundária, já que o Plano FHC2 na área fiscal se alicerça num brutal arrocho dos gastos nos serviços

públicos essenciais (sobretudo educação e saúde).

Por último, um terceiro eixo é o desenhado pela luta dos trabalhadores do campo, numa das campanhas mais bem articuladas do ano: o *Grito da Terra Brasil*. Organizada conjuntamente pela CUT, a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras organizações do campo, essa mobilização dos rurais promete eletrizar o país a partir do 9 de maio próximo alertando à opinião pública sobre a necessidade de uma política emergencial de reforma agrária, crédito agrícola para os pequenos produtores etc. Através das diversas formas de mobilização já testadas pelos trabalhadores rurais, demandarão a instalação de negociações em todos os níveis (federal, estadual e municipal) em torno de suas reivindicações.

## Coordenar, unificar

Na reunião da Executiva Nacional Ampliada da CUT de 12 de abril, podia-se constatar que apesar dos sinais inequívocos de aumento da mobilização sindical, todos esses elementos ainda não constituem efetivamente um único movimento centralizado. Assim, foi traçado um calendário de mobilizações que constituem uma jornada nacional de lutas a escoar no dia 11 de maio num Dia de Mobilizações, Lutas e Greves na continuidade da que já fora testada em 23 de março - com resultados bastante positivos em diversas regiões do país e com boa repercussão na opinião pública.

A orientação tirada na reunião de incorporar as estruturas da CUT nos comandos das categorias em mobilização é um aspecto organizativo que pode ajudar no processo de unificação das lutas. Outro momento importante foram os Congressos Estaduais da CUT realizados em sua grande maioria na segunda quinzena de abril. Garantida a representação de todos os sindicatos filiados, esses eventos se constituíram em espaços privilegiados para aprovação de orientações comuns, a fim de articular as mobilizações e criar comandos conjuntos (exemplo: CECUT-SP). Porém, o problema da unificação continua sendo uma dificuldade que se renova no movimento sindical: criar por si próprio um único referencial político que integre as diversas reivindicações, as diversas disputas parciais, os movimentos localizados etc.

## "Lula sindical"

Nas discussões preparatórias do V Concut colocamos que o movimento sindical cutista devia contribuir ativamente para que o processo eleitoral em 1994 fosse reflexo da polarização hoje existente entre os dois projetos: o neoliberal e o democrático-popular.

Essa polarização, no entanto, veio através de dois fatores extra-sindicais: a consolidação da candidatura Lula, por um lado, e pelo outro, os movimentos das elites que coesionaram a candidatura anti-Lula em torno da aliança FHC-ACM/PSDB-PFL, para o que forçaram inclusive a retirada de Maluf.

Há um claro fio condutor entre o plano FHC/salário em URV/preços disparados, a revisão constitucional e a candidatura Fernando Henrique. Refletindo sobre esses fatos há companheiros que de forma pertinente colocam a questão: e o nosso fio condutor? Não será uma definição mais clara do engajamento do movimento sindical (começando pelos sindicalistas) na candidatura Lula o passo que permitirá integrar as diversas lutas, mobilizações, reivindicações?

E também, o desempenho da candidatura (o fato de ter crescido nas "Caravanas da Cidadania", na resistência do PT à revisão constitucional, no papel do PT na denúncia da corrupção etc.) se constitui numa ferramenta para devolver à militância sindical a paixão pela política - hoje abalada pela situação defensiva que a implantação do projeto neoliberal colocou aos trabalhadores e pelo peso corporativo da rotina nos sindicatos.

O 1º de Maio poderá ser um momento de teste dessas possibilidades - já que nesse dia emblematicamente estará sendo oficializada a candidatura Lula, ao lado de atos sindicais comemorativos em todo o país. □

Rafael Freire é da Executiva do Departamento Nacional de Trabalhadores da Educação, DNTE/CUT

# Solidariedade

# Revolução democrática e modelo sindical

MIGUEL ROSSETTO

**Q**ue impacto trará a “revolução democrática” a ser iniciada com o governo Lula no âmbito das relações capital trabalho e da estrutura sindical do país? Curiosamente, a esta pergunta, tanto a Tese Base para o V Concut como a primeira versão do Programa de Governo elaborada pelo PT pouco ou nada respondiam.

Emenda encaminhada por diversos dirigentes petistas da Executiva Nacional da CUT, com Jair Meneguelli à cabeça, busca sanar essa deficiência no Programa de Governo. E na CUT, Congressos Estaduais e seminários preparatórios se defrontam com a falta de uma formulação de larga aceitação na base cutista - cobrando um trabalho de elaboração para a direção, assim como mais discussão coletiva nas diversas instâncias.

A herança que a revolução democrática busca superar é a do modelo socialmente excludente, politicamente autoritário e economicamente subserviente ao grande capital. Mas o sistema de relações de trabalho (CLT, Poder Normativo da Justiça do Trabalho, data-base) assim como a estrutura sindical vigente (unicidade, contribuições compulsórias) são coerentes como esse modelo que estamos combatendo.

No entanto, a CUT - um dos alicerces do campo democrático e popular - encontra-se construída sobre essas bases já que não foi operada nenhuma mudança substantiva na organização sindical desde que os setores combativos começaram a ganhar sindicatos oficiais das mãos dos pelegos.

## Superar a atual estrutura

Na CUT desde algum tempo já reconhecíamos que os prazos para a superação da estrutura sindical corporativa se encurtavam. Mas o sentimento geral é que esse fenômeno se daria em condições “defensivas”, com os empresários tentando fazer sindicatos e negociações exclusivamente por empresa, com a desregulamentação selvagem das condições legais de contratação de mão de obra, etc. - muito favorecidos pela presença do projeto neoliberal no governo federal assim como pelo medo provocado pelo quadro recessivo endêmico.

Porém, é justamente essa conjuntura que estamos buscando mudar radicalmente, e que poderá mudar efetivamente se Lula for eleito no final do ano.

Por outro lado, devemos fazer um balanço da cultura organizativa que sedimentou na CUT e nos sindicatos nesses anos. Houve efetivamente um processo de adaptação à estrutura

oficial celetista. Esse é um dado - e é um polo negativo para qualquer processo de renovação sindical.

Mas na esfera da CUT se mantém acesa a chama da liberdade de organização sindical e de uma mudança do padrão de organização sindical. Em alguns aspectos, trata-se de meras declarações sem maiores consequências. Em outros no entanto, apontam para mudanças importantes. É o caso da aplicação da proporcionalidade direta para a tirada da direção estadual da CUT-SP; da definição em vários congressos estaduais a favor do “sindicato orgânico da CUT” que deverá absorver princípios democráticos que norteiam a CUT (e que tem ficado distantes dos sindicatos de base); e da abertura para discutir as mazelas dos privilégios sindicais, das taxas compulsórias etc que encontra-se em delegados aos Congressos Estaduais. Esta energia está latente, a espera de ser liberada com mais decisão política - é o polo positivo para o processo de renovação.

A proposta que devemos construir de transição para o cenário de liberdade de organização sindical, na conjuntura do governo Lula, deverá dialogar com essas duas tendências. A proposta da CUT não pode se render as tendências do atraso realmente existentes, mas também não pode partir de modelos ideais.

## O papel do governo

Por sua vez o Governo Democrático Popular deverá assumir claramente a bandeira da modernização da relações de trabalho, entendida como um processo de universalização dos direitos básicos de cidadania, entre eles, os da livre organização sindical, direito de greve, direito à informação sobre as empresas, direito à organização no local de trabalho etc.

Boa parte destas questões dependem de aprovação do Legislativo - mas o papel do governo pode ser fundamental no sentido de propiciar as melhores condições para que a discussão seja feita na sociedade. Contudo, para a CUT ter condições de influenciar nesse debate, o V Concut deve apontar definições claras desse processo de transição, tanto no que diz respeito a medidas à superar a cultura sindical hoje existente, como também propostas de lei (Art 8º da constituição) a ser defendida no Congresso Nacional.

## Papel fiscalizador

Por outro lado, o governo terá um papel chave na fiscalização das relações de trabalho. Trabalho de menores, jornadas extraordinárias ilegais, trabalho escravo, trabalho informal etc. fazem parte de uma longa lista de fraudes e crimes trabalhistas que o empresariado - mesmo aqueles setores que se autodefinem como modernos - comete no Brasil.

Para tanto, os órgãos de fiscalização tanto do Ministério do Trabalho como da Previdência Social e da Receita deverão ser fortalecidos. Mais uma vez a Central terá que precisar, na sua estratégia política, a relação com a institucionalidade, principalmente no que se refere aos Conselhos em que tem participado e outros que sejam de interesse dos trabalhadores. É necessário precisar o “como” será operada essa transição. Os empresários em geral pensam a superação da CLT como a pura e simples supressão de direitos (organizativos, trabalhistas, sociais, etc) na exacerbção da lógica perversa da desregulamentação.

## A transição dos trabalhadores

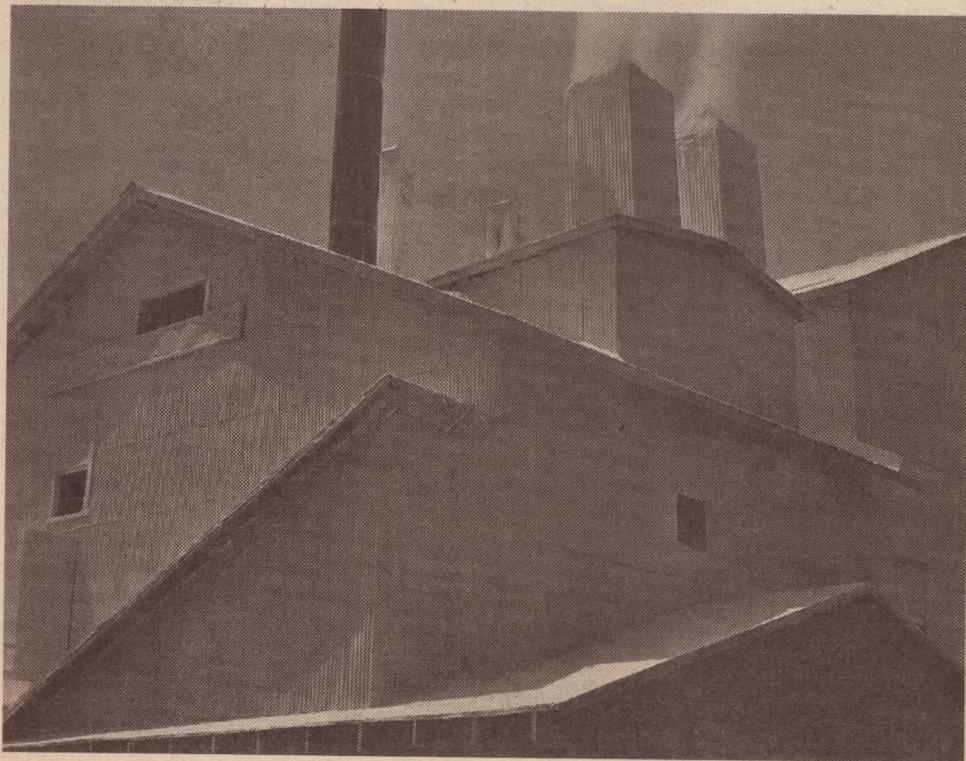
Para a CUT a questão chave da transição deve ser que ela seja operada pelos próprios trabalhadores - e não imposta por lei. Isso quer dizer que o novo marco institucional deve apenas garantir que os direitos conquistados só podem ser modificados com o consentimento dos trabalhadores afetados pelas mudanças.

O Governo Democrático Popular deverá auxiliar na criação de condições, assim como o movimento sindical cutista deverá pressionar por mudanças no sentido de que seja aprovada uma legislação que dê suporte a essa transição - otorgando aos organismos democráticos dos trabalhadores o poder de reorganizar sua estrutura sindical assim como de participar de um sistema de contratação diferente, baseado no reconhecimento do conflito capital/trabalho e na autonomia do trabalho para buscar seus direitos.

Mais do que uma afirmação de princípios, a CUT está cobrada a estabelecer um processo em que aponte para o modelo que sempre defendeu, as novidades que o período pode apresentar, a real mobilização dos agentes impulsionadores, ou seja, os sindicatos filiados, suas direções e militância e a própria direção da central. □

Miguel Rossetto é membro do Sindipolo/RS e da Executiva Nacional da CUT

**O movimento sindical começa a discutir as consequências de um governo Lula para as relações capital-trabalho e a estrutura sindical.**



# Mulheres: consolidar espaços

DEHONARA DE ALMEIDA SILVEIRA

**S**ecretaria da Mulher ou Comissão da Questão da Mulher? Por trás desta discussão encontra-se pautado para o V Concut um tema chave para a continuidade do trabalho de mulheres que vem se desenvolvendo de forma organizada desde 1986.

A criação da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora no II CONCUR (1986) partiu da necessidade do movimento sindical ter políticas específicas para incorporar as mulheres na vida sindical. O Congresso reconheceu a luta das mulheres como parte da luta do conjunto da classe trabalhadora e a importância da CUT incorporar essas demandas no seu programa. Reconheceu também que o fato dos sindicatos terem se construído como espaços masculinos reproduzia a discriminação das mulheres e que isso somado à condição vivida por elas dificultava sua participação na vida sindical.

A proposta da Comissão estar vinculada à Secretaria de Política Sindical foi feita por entender a necessidade de construir políticas concretas de combate à discriminação vivida pelas mulheres. Mas também era necessário articular ações com outras Secretarias como, por exemplo, de Formação e Imprensa.

## As raízes da subordinação

A compreensão de que a luta contra a discriminação das mulheres não pode estar separada e deve ser tratada de conjunto são fundamentais para a continuidade da política cutista.

Essas questões foram sendo amadurecidas e consolidando nossa visão sobre o caráter da opressão feminina. Hoje trabalhamos como o conceito de relações de gênero, entendendo a construção dos homens como masculinos e as mulheres como femininas como uma construção social que da base para o exercício de papéis sociais distintos, tendo como fonte material a divisão sexual do trabalho. O trabalho feminino é desvalorizado, além de que as mulheres são sempre vistas a partir de sua posição na família, como subordinadas e ajudantes dos homens.

Essas relações entre homens e mulheres são hierarquizadas, construídas a partir do poder masculino, e isso se reproduz no

movimento sindical. Além disso, estruturam-se de uma forma que dificulta a participação das mulheres e reproduz, com as que participam, uma divisão sexual do trabalho político.

Isso nos dá os elementos para pensar a organização das mulheres no movimento sindical:

- reconhecer a necessidade de auto-organização das mulheres, pois é a partir daí que se garante a visibilização e desnaturalização da reprodução do poder masculino dentro das relações entre militantes e pode-se construir um acúmulo de propostas políticas para incidir na vida sindical.

- esse espaço de auto-organização cria condições das mulheres se reconhecerem dentro do movimento sindical, construindo uma identidade própria, questionando essas relações de gênero e buscando sua transformação para que homens e mulheres possam participar em igualdade de condições.

Porém esta auto-organização não pode estar separada das instâncias. Deve, ao contrário, estar inserida nas estruturas de decisão da CUT, porque o que se quer é transformar o conjunto do movimento sindical para que possa assumir integralmente a luta contra a subordinação das mulheres.

Por isso criar uma Secretaria de Mulheres, significará um avanço da Central, na medida que facilitará que essa questão seja incorporada cotidianamente nas discussões e decisões. Precisamos dar um salto de qualidade em relação ao momento atual, onde as questões das mulheres que devem estar presente no conjunto das políticas, são sempre intermediadas. O que frequentemente impede sua presença real nas políticas da Central.

A estruturação enquanto Secretaria também possibilitará um avanço para as mulheres que estão formulando as políticas de gênero, na medida que terão maior interlocução com as outras questões sobre as quais se quer incidir. □

*Dehonara de Almeida Silveira é da coordenação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher da CUT e da Executiva da CUT-BH.*

# Dilemas na representação

GUSTAVO CODAS

**D**esde o III Concut (1988) que veio se acirrando a discussão sobre o problema da representação nos Congressos Nacionais, isto é, da tirada de delegados. No III Concut, com a mudança do Estatuto determinou-se que o seguinte Concut deveria contar com delegados eleitos nos Congressos Estaduais (isto é, os delegados para o Concut não deveriam ser tirados na base das categorias mas eleitos pelo Congresso Estadual como representação do Estado...)

As distorções criadas por este mecanismo foram evidentes já que os Congressos Estaduais no processo do IV Concut (1991) passaram a operar como um "funil" excludente dos pequenos sindicatos e dos militantes de base, mulheres, jovens, negros, de baixa escolaridade.

Sentido seus efeitos diversas correntes e a base em geral da Central passaram a pressionar pela mudança dos critérios para tirada de delegados.

## Delegados de base

Foi assim, que na VI Plenária Nacional (1993) definiu-se como regra geral que os delegados ao Concut voltariam a ser tirados em seus respectivos sindicatos de base (desde que a entidade tives-

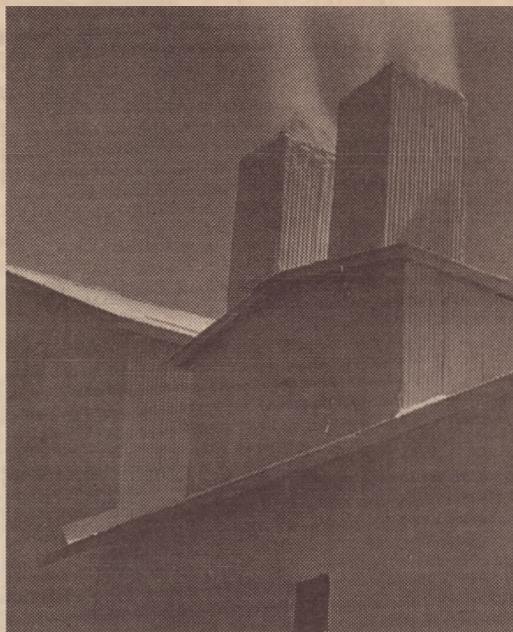
se mais de 750 sócios). Mas como agora a CUT tem mais de 2.300 sindicatos filiados, cujo espectro vai desde alguns que tem algumas centenas de sócios e outros com mais de 100 mil, com uma larga presença de sindicatos pequenos, houve que se estabelecer uma tabela muito mais restritiva que a usada antes de 1988 - quando os sindicatos filiados a CUT não chegavam a mil. (Se usada a antiga tabela o número de delegados ao Concut excederia em muito os 10 mil, ou seja, um tamanho totalmente inviável...)

Com o critério de um delegado eleito para cada 1500 sócios ou fração de 750, no entanto, introduziu-se outra distorção. O problema colocado é que uma grande maioria de sindicatos, no processo de eleição de delegados para o Concut, tiraram delegados sem proporcionalidade, já que o número de delegados a que tem direito pequeno é muito pequeno para que uma posição minoritária tenha condições de se expressar.

Ficou estabelecido assim uma espécie de "voto sindical distrital" (em cada distrito sindical apenas o mais votado é eleito delegado).

## Aprimorar

Assim, no V Concut teremos uma nova situação a ser avaliada. Haverá o fato positivo de ter se alargado a representação para praticamente todos



os sindicatos filiados - mesmos os pequenos - superando-se o funil que se viveu no IV Concut. Mas isso terá acontecido às custas de não aplicação da proporcionalidade na representação das posições política existentes em cada categoria.

Evidentemente o problema se coloca por causa de que boa parte dos sindicatos hoje filiados à CUT deveriam sofrer processos de fusão, para além do município e das categorias definidas pela "Comissão de enquadramento do Ministério do Trabalho". Teríamos então um número bem menor de entidades a ser representadas - o que facilitaria a definição de uma regra democrática para a tirada de delegados.

Mas essa mutação do perfil dos sindicatos da CUT não está colocada como uma possibilidade imediata. O que quer dizer que teremos que buscar um aprimoramento de uma via que não caia nos problemas das regras do III e do IV Concuts.

E nesse debate estamos muito atrasados! □

*Gustavo Codas é assessor da CUT Nacional*

# O controle nacional da energia



ISAAC AKCELKUD

**Os petroleiros estão na vanguarda da luta contra a revisão constitucional.**

**A campanha contra a Petrobrás não para - sistemática, ininterrupta; insidiosa, persistente.**

Os petroleiros estão na vanguarda da luta contra a revisão, travada por diversas categorias de funcionários das empresas estatais. Sob a direção da Federação Única dos Petroleiros Cutistas, a categoria tem se cotizado para pagar inserções na mídia, inclusive na televisão, opondo-se à vasta campanha da burguesia contra o monopólio estatal do petróleo. Decidiram que, caso a quebra do monopólio entre em pauta na revisão, iniciarão uma greve por tempo indeterminado em todas as plantas da Petrobrás.

## A soberania em jogo

Uma das mais perniciosas malícias da propaganda terrorista da energia nuclear é o seu propósito de desativar e desarmar a vigilância dos povos do Terceiro Mundo - como Brasil - na defesa de seus recursos energéticos - o petróleo por exemplo.

As pessoas desprevenida e vítimas de informação insuficiente, desviadas para uma visão distorcida da realidade, são induzidas a admitir que os lobos imperialistas como os Estados Unidos, estão desinteressados de nosso petróleo. Pois, com o "progresso", se tornou, "obsoleto". De agora em diante, só pensariam em terras raras, em nióbio e semelhantes. Não valeria mais a pena, portanto, bradar aos quatro ventos que o petróleo é nosso.

A manobra é hábil e marota. Finge reconhecer um direito e uma razão do povo que teria ganho uma parada, já que impediu a entrega do petróleo. Ao mesmo tempo, coloca os interesses do grande capital estrangeiro sob a proteção do cogumelo da explosão nuclear. Eles não querem mais o petróleo, não precisam mais da "água preta". Têm o átomo e a bomba. Continuam mandando no mundo. É a imagem concebida para assustar os timoratos e acorrentar sua mão. Em verdade, continuam atacando a fortaleza da Petrobrás por todos os lados. Pois a luta não é apenas pelo petróleo, pelo átomo, por isto ou por aquilo. A luta é pelo monopólio da energia.

## Na defensiva

A campanha contra a Petrobrás não para - sistemática, ininterrupta; insidiosa, persistente. Já é quase uma rotina de nosso dia a dia. Quando os ataques atingem um nível mais alto do que o habitual e cotidiano, a Petrobrás resolve contra-atacar com um golpe seco e firme. Mas volta a ser saco de pancada no dia seguinte. Será difícil encontrar outro exemplo, em qualquer parte do mundo, de um contendor vitorioso viver

sob constante acicate do adversário batido. É que a força da Petrobrás lhe vem de dentro do país, enquanto seus adversários são alentados por fontes externas. Por isso podem, apesar das sucessivas derrotas, renovar continuamente a pressão.

Em nota oficial de fins de março último, a Petrobrás conclui um veemente desmentido (no qual denuncia grosseira calúnia) com um parágrafo primoroso como coexistência de contradições. Começa dizendo: "A Petrobrás está pronta para discutir em bases responsáveis as questões relativas às suas atividades". E prossegue no mesmo tom de voz: "E repudia as tentativas feitas através da desinformação e do preconceito para tentar desacreditá-la perante a opinião pública".

Será que alguém na Petrobrás acredita na validade da "discussão" com os responsáveis "da desinformação e do preconceito"? Por que a Petrobrás oferece o cachimbo da paz a quem ela mesma denunciou como falsário?

O jornalista José Casado assinou uma reportagem intitulada "Relatório abre 'caixa preta' da Petrobrás" no Estado de São Paulo de 19 de março de 1994. Em estudo por quase uma centena de congressistas, o relatório, "inérita radiografia de contas e custos" seria de auditoria da Cambridge Energy Research Associates, dos Estados Unidos, consultora mundial de petróleo. A empresa americana citada declarou à Petrobrás, por escrito, que os dados da reportagem em questão não se baseiam em estudos feitos por ela. Foram-lhe erroneamente atribuídos. Por sua vez a Petrobrás escreveu ao Sr. Casado para dizer-lhe que estava equivocado. Só faltou pedir-lhe desculpas.

## Patrulhamento

Detalhado e minucioso é o pronunciamento da Petrobrás sobre o vasto campo de atrito com a revista *Veja*. O horizonte temático abrangido revela a amplitude da assessoria das multinacionais aquela publicação:

1 - royalties, repasse de recursos legais da fundação Petros;  
2 - índice de produção por empregado, crítica falha por não considerar o grau de terceirização dos serviços, nem o tempo acumulado de produção nos campos, sem levar em conta também as rochas e a qualidade do óleo que depende da natureza e não do homem;

3 - acusa a Petrobrás de anúncio inverídico de descoberta de óleo. Em resposta, a empresa forneceu ao físico Rogerio César Cerqueira Leite todos os dados do Departamento de Exploração, levando-o a substituir suas desconfianças pela afirmação pública que a Petrobrás tem elevado grau de certeza sobre suas reservas de petróleo.

4 - Na questão do faturamento por empregado, a revista mistura empresas petrolíferas com outras atividades e produtos inteiramente diferentes. A Petrobrás é uma empresa integrada que cobre todo o território nacional, presente em todas áreas da produção petrolífera; o faturamento é menor do que seria no exterior porque suas tarifas são inferiores às do mercado internacional;

5 - Comparar os custos de produção com os do Oriente Médio é apenas mas uma prova de má fé. A Petrobrás exige comparação com produtores em jazidas semelhantes à bacia de Campos, como é o caso do Golfo no México, Noruega e Reino Unido. Igualmente, a Petrobrás não admite que seus custos totais sejam cotejados com custos operacionais parciais de outros países;

6 - A Petrobrás repele a crítica feita à exploração em águas profundas. Uma empresa não pode ser culpada por causa da geologia. E mais: a Petrobrás vem sendo "aclamada internacionalmente por sua atuação em águas profundas".

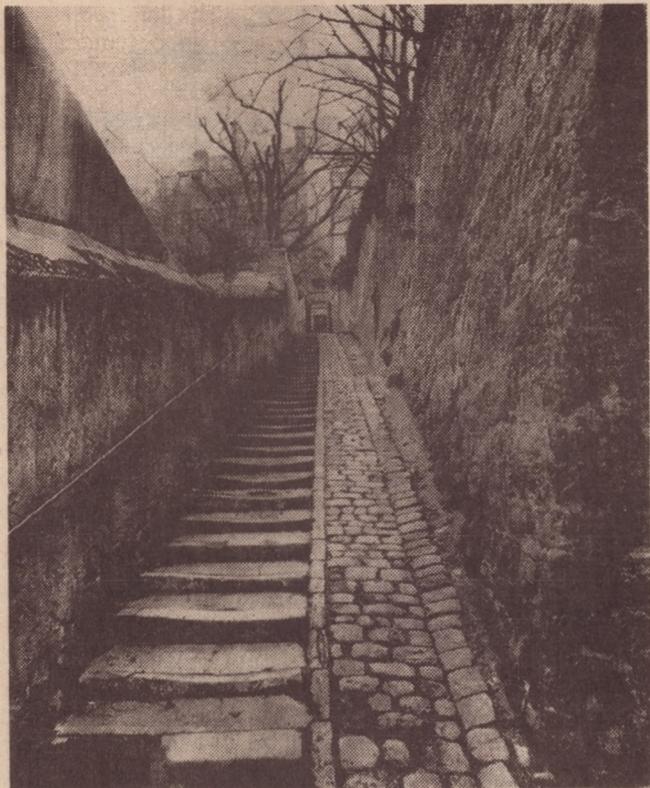
O golpe de graça na reportagem entreguista da revista "Veja" é uma citação da *Petroleum Intelligence Weekly* que situa nossa estatal como a 15ª do mundo "e atesta ser ela a que mais cresce em nível internacional desde 1987".

## Impulsão política

O saber da experiência deixada por essas lutas está na capacidade de politização que o fator energético desenvolveu em nosso país. Tudo que tem a ver com energia acelera a politização em escala de massas.

A preservação do controle nacional sobre os recursos energéticos funciona como denúncia antiimperialista. A evolução do "petróleo é nosso" para uma grande campanha pelas fontes de energia é um desafio à esterilidade das classes dominantes encovardadas e dependentes dos acenos e da concordância dos monopólios americanos.

Nosso povo precisa e quer realizar, fazer, construir. As classes sem coragem nem disposição de combate devem desobstruir o caminho, sair do meio da estrada e não atrapalhar mais este país. □



GUSTAVO CODAS

# Mi Buenos Aires querido...

**A**rgentina deu uma surpreendente guinada. No domingo, 10 de abril, a Frente Grande, coalizão de esquerda, ganhou as eleições para deputados constituintes na cidade de Buenos Aires, capital do país, com 38% do votos, deixando o peronismo em segundo lugar 25% dos votos.

Na província de Buenos Aires, a Frente ficou em segundo, o peronismo em primeiro e a União Cívica Radical em terceiro. Ambos resultados são importantes já que 10,5 milhões do total de 16,5 milhões de votantes do país estão aí concentrados.

O resultado em Buenos Aires é a primeira derrota de importância que sofre o peronismo-neoliberal e não há como dissociá-lo da situação vivida pelos neoliberais em outros países de igual porte da região como México, Venezuela e Brasil.

Ao nível nacional, a Frente ficou como terceira força (13%). Em primeiro lugar ficou o peronismo que, no entanto, caiu de 43% em outubro de 1993 para 38%. A União Cívica Radical caiu de 30 para 20%

O Congresso eleito terá a missão exclusiva de fazer a revisão da Constituição do país, inalterada desde 1853 - para permitir a reeleição do presidente, hoje vedada.

## A promessa da Frente Grande

A Frente Grande é resultado da confluência de peronistas de esquerda, intelectuais, artistas, sindicalistas do Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA) que romperam com a burocracia da CGT, comunistas, socialistas, democrata-cristão etc. Sem ser uma "frente de partidos" ou "tendências", também não conta com uma estrutura organizativa definida - é sobretudo um movimento em processo de "institucionalização", como definem alguns dos seus dirigentes.

Carlos Chacho Alvarez, sua principal figura pública, encabeçou a chapa na capital. Em 1989 se elegeu deputado pelo peronismo com o qual depois rompeu, entre outros motivos, por conta do indulto de Menem aos generais que comandaram a ditadura militar - responsáveis por dezenas de milhares de mortos e desaparecidos políticos. Em outubro de 1993 elegeu-se deputado já pela Frente Grande que ajudara a fundar.

Após a eleição, em entrevista ao jornal Clarín, Alvarez afirmou: "acho que a Frente não pode ser a soma de partidos residuais do passado. Claramente deve colocar-se uma identidade para adiante, com um projeto político, não ideológico". Com quais propostas? "Existe uma agenda de temas. Exemplos? Modernização com exclusão social ou modernização integradora; Estado mínimo ou um Estado que recupere níveis de controle social; economia importadora ou economia industrial e exportadora; políticas sociais em mãos de bandas menemistas ou que sejam um colchão para os efeitos do ajuste".

Pela Frente Grande foram eleitos 32 deputados constituintes (num total de 305) entre os quais Mary Sanches, principal dirigente nacional dos professores, Pino Solanas, conhecido diretor de cinema, e Alberto Piccinini, combativo dirigente sindical metalúrgico. A Frente conquistou representação em 6 das 24 unidades políticas em que está dividido o país.

A Frente ficou também em primeiro lugar com 30% dos votos na província de Neuquen (ao sul do país), com uma chapa encabeçada pelo bispo Jaime de Nevares, conhecido pela defesa dos direitos humanos e dos direitos indígenas na região.

## Protesto e recomposição política

Esses resultados espetaculares parecem combinar dois fenômenos complementares. Por um lado, um forte voto de protesto contra os desmandos do governo Menem. Ancorado na "estabilidade econômica" do Plano Cavallo e num forte controle sobre o Legislativo e o Judiciário, o governo não tinha a menor preocupação com as incontáveis denúncias sobre corrupção e impunidade que tem sido levantadas pela imprensa e por figuras públicas que hoje compõem a Frente Grande.

Por outro lado, há um processo, mais lento, de consolidação da referência política no Frente Grande - como uma nova síntese de esquerda no país. Sua transformação no principal polo de oposição se deu a partir do "Pacto de Olivos" entre o peronismo e a UCR - uma versão argentina da aliança PSDB-PFL no Brasil. Alfonsín, presidente da UCR (tradicional oposição ao peronismo) concordou com Menem em abrir a revisão constitucional possibilitando a reeleição do presidente.

Pesquisas mostraram que mais de 55% dos eleitores da Frente o fizeram "por ser a única alternativa de oposição ao governo e ao pacto Menem-Alfonsín". E 17% "por suas propostas e a coerência do seu discurso".

Por isso, os dirigentes da Frente falam num "voto volátil" que explicaria em parte o resultado em Buenos Aires. No entanto, a depender de como se desenvolverá o debate político durante a reforma da Constituição, a Frente poderá se consolidar como a nova referência da política argentina, pela esquerda.

Os temas da agenda neoliberal e da reeleição do presidente tendem a polarizar a conjuntura - e a Frente tem uma boa bagagem e uma inserção social suficientemente ativa para enfrentá-los. Segundo anunciaram seus dirigentes, o passo seguinte é soldar uma aliança com a Unidade Socialista - resquícios do socialismo da II Internacional na Argentina.

A antiga esquerda argentina conhecida nossa (os *morenistas* nos seus diversos rachas, o Partido Operário, etc.) voltou a ter seus votos de "qualidade sem quantidade" - que, se já significaram alguma coisa, hoje são resíduos nas estatísticas da política. □

**A Argentina puniu Menem e Alfonsín votando na Frente Grande. Ela obteve 38% dos votos na capital.**

**O surgimento da Frente representa a ruptura do bipartidarismo no país por um movimento político de esquerda.**

Gustavo Codas é assessor da CUT nacional.

**N**ada maior do que o prazer de reencontrar um velho amigo que se pensava desaparecido pelas brumas do tempo: esse fantasma que antes ameaçava a Europa reemerge agora em paragens distantes da América Latina, sem dúvida menos confiante, mas surpreendente como sempre. A insurreição voltou, seja benvinda.

Depois do colapso da FSLN da Nicarágua e do FMLN de El Salvador - que durante anos foram, no poder e na guerrilha, os focos de uma esperança rebelde na porta de trás do imperialismo - os acontecimentos da Chiapas levantaram de novo os olhares para a realidade da miséria e da exclusão nas maiores extensões de nosso mundo.

A derrota tinha sido de fato muito grave. Quando Villalobos, o comandante da guerrilha salvadorenha, escolheu o ato simbólico da entrega da sua arma ao presidente mexicano, Salinas de Gortari - o chefe de um regime populista e fraudulento, ele próprio eleito graças à falsificação escandalosa dos resultados eleitorais - para assinalar a pacificação, uma geração morria para a esquerda. E, feita a paz com a extrema direita que governa o país, os comandantes guerrilheiros voltaram para as cidades e começaram a alimentar a esperança de ganharem as eleições - cuja limpidez está em relação direta com a atividade dos esquadrões da morte que têm dizimado os melhores combatentes da revolta popular, como antes tinham morto o bispo Romero.

Tomás Borges, o último fundador da Frente Sandinista, vive agora no México, também ele fascinado pelo populismo PRlista que governa o país há sessenta anos; está escrevendo uma biografia de Salinas e de bem com o regime. A Nicarágua fica tão longe.

### O vento de Chiapas

A anuência dos dirigentes das duas principais esquerdas da América Central em relação a este governo burguês mexicano - um governo responsável por assassinatos de opositores políticos, pelo desaparecimento de homens e mulheres de esquerda ainda há pouco tempo, 500 assassinatos políticos nos últimos quatro meses - é um sinal extraordinário dos tempos. Porque no mesmo país e ao mesmo tempo, os deserdados viriam a revoltar-se contra a miséria e o roubo.

Em Chiapas, onde o PRI governante declarou 94% dos votos em 1964 e sempre mais de 90% até às

recentes eleições de 1989, mas onde 17 mil índios morreram de fome no ano passado e onde continua a haver 30% de analfabetos, os índios, a igreja e as comunidades locais revoltam-se de armas na mão.

Pouco antes, tinha sido a revolta de Santiago del Estero, na Argentina: uma região onde a esquerda não chegava a 10% dos votos, onde a oligarquia dominava em absoluto, onde os salários dos deputados regionais ultrapassavam os orçamentos da saúde, educação e cultura juntos, foram os velhos e os adolescentes, as mulheres e os homens, uma população inteira que tomou armas e ocupou os postos do Estado, o município, as polícias, todos os sinais da opressão.

Na Argentina e no México, os dois países onde a solução neoliberal foi mais longe, a revolta dos excluídos é a mais violenta. E o fantasma percorre o continente: onze greves gerais em cinco anos no Uruguai, um referendo popular que proíbe a continuação do processo de privatizações, a revolta indígena no Equador em 1990, a queda dos presidentes corruptos do Brasil e da Venezuela - Andrés Perez.

### O direito de ter direitos

A crise social é o resultado de dois processos combinados que procuram congelar o desenvolvimento das relações sociais. Por um lado muito esquecido processo de transição das ditaduras - os massacres, os desaparecimentos, a tortura foram anistiados nos principais países, com a exceção muito timorata da Argentina. No Uruguai, votou-se uma lei de anistia para todos os delitos militares durante a ditadura, no Brasil fêz-se silêncio e agora uma parte da esquerda propõe mesmo quadruplicar o orçamento militar e continuar a estratégia nuclear da Marinha de Guerra. No Chile, as Forças Armadas recebem por lei uma décima parte do valor bruto das exportações de cobre do país e Pinochet continua dirigindo a estrutura militar. Assim, a transição democrática manteve a pressão anti-democrática, e é muito vasta a colaboração internacional para esta anistia implícita aos golpistas.

O segundo processo é o limite interno da abertura democrática: as leis e as realidades organizam um sistema de poder muito estável - no Chile, onde a esquerda tem 15% e 700 mil votos, não tem nenhum deputado, sendo necessário superar a barreira dos 30% - e controlado. Mas, essencialmente, o sistema político baseia-se na manipulação frenética da opinião pública: foi assim que a TV Globo deu a vitória a Collor de Melo na reta final das eleições presidenciais brasileiras. E na ignorância e exclusão: as dezenas de milhões de pobres que não tem acesso à alimentação nem à cultura são permanentemente excluídos da vida política. São os que nunca tem direito a ter direitos. A sua revolta é o regresso da esquerda à América Latina.

No Brasil, em plena expansão econômica dos anos 60, eram 41,4% os pobres; vinte anos depois eram 42,4% mas em 1990 já são de novo 45%. Setenta milhões de pessoas, num país que conheceu uma das mais impressionantes taxas de crescimento do produto e da acumulação. No ano passado, um ano bom para as dívidas externas, graças à queda do dólar e dos juros internacionais, o Brasil pagou sete bilhões de dólares de serviço da dívida: mais do que o orçamento da saúde. Sete milhões de crianças trabalhando, as que vivem na rua não tem conta.

### Crise dos sistemas políticos

A Europa, que redescobriu a miséria e a exclusão, que convive agora com municipalidades e deputados fascistas, está do outro lado do mundo. Estará mesmo? Sem dúvida, os *bidonvilles* de Paris e as barracas de Casal Ventoso não pegam em armas para ocupar as esquadras, os tribunais e os municípios. Mas é na outra dimensão que se sente o vento do colapso: o sistema político tem cada vez menos capacidade de enquadrar, para responder e para solucionar as dificuldades de representação das populações. Na realidade, o sistema político está concebido para excluir esta representação: a crise italiana é a verdade de uma governação mafiosa submetida à necessidade da acumulação privada e empresarial, uma corrupção sem fronteiras que, ao contrário do que agora se possa pensar, permitia um bom funcionamento do Estado. E a operação "mãos limpas" não deixa de revelar ainda agora a disputa entre vários setores empresariais numa luta concorrencial aguda que objetiva preparar o *grid* de largada para as privatizações.

Na Alemanha, a demagogia de Kohl, que permitiu a fulgurante integração da Alemanha Oriental e prometia a todos uma prosperidade sem impostos nem custos, foi depois rearticulada numa campanha vergonhosa justificando as dificuldades com os imigrantes, campanha em que a direção social-democrata logo participou, e que é responsável pelo ascenso do fascismo e pela passividade das polícias perante a campanha permanente que 65 mil nazistas desenvolvem no país.

Na França, a catástrofe eleitoral socialista indica outro sintoma da crise dos sistemas políticos. Na Inglaterra, o governo tem o apoio de 20% dos eleitores, enquanto que a oposição tem agora 50%: para responder, Major desencadeia uma campanha moralista e vitoriana, culpando desta vez as mães solteiras pelos buracos orçamentários.

O mundo gira e gira. A crise dos sistemas políticos, o caráter antropófago das soluções neoliberais, a gigantesca fraude que são as privatizações em todos os lugares, a indiferença perante a miséria, estão a abrir brechas. Brechas por baixo, nas Américas do Sul e Central, brechas por cima, na Europa. Possam elas olhar-se, no ano em que Mandela e Lula podem vir a ganhar as presidências em dois dos países mais poderosos do mundo. □

Francisco Louçã é responsável pelo jornal *Combate e dirigente do PSR português e da Quarta Internacional.*



# A ressurreição da insurreição

FRANCISCO LOUÇÃ

**Na Argentina e no México, onde a solução neoliberal foi mais longe, a revolta dos excluídos é mais violenta.**

**N**este estranho fim de século, que parece nos reconduzir cem anos atrás, o nacionalismo empreende um retorno espetacular à cena histórica. Como separar a realidade nacional dos mitos nacionalistas face ao crescimento das ideologias identificadoras? É necessário um historiador da qualidade de Eric Hobsbawm para enfrentar este desafio intelectual e político, como o faz em *Nações e nacionalismo depois de 1780*. Programa, mito, realidade. RJ, Paz e Terra, 1993.

O que constitui a força e o interesse de sua obra, que não esconde sua inspiração marxista, é seu espírito cético e desmistificador, sua visão sóbria e lúcida sobre as realidades e as doutrinas da nação.

### O que é a nação

Entre os mitos nacionalistas desconstruídos por Hobsbawm, encontramos antes de tudo a idéia segundo a qual a nação é “tão velha quanto a história”, e a pretensão de basear a realidade nacional na “essência” étnica, linguística ou outra. Para o historiador crítico, a nação é uma criação recente (do final do século XVIII), que resulta mais da invenção, da criação deliberada, do que de um “dado objetivo”.

Portanto, mais do que procurar em vão critérios objetivos para definir uma nação, é melhor adotar uma postura agnóstica e tomar como hipótese de trabalho que todo grupo suficientemente importante em número cujos membros se consideram como fazendo parte de uma mesma “nação” seja considerada como tal.

### Evolução do nacionalismo

Nos anos de 1870 a 1918, a etnia e a língua tornaram-se o critério dominante para os movimentos nacionais que vão geralmente “deslocar-se para a direita”. Principalmente na pequena burguesia, o nacionalismo deixa de ser liberal ou de esquerda para tornar-se chauvinista, imperialista e xenofobo. Apesar da importância que adquirem as questões linguísticas, “são os problemas de poder, de estatuto, de política e de ideologia, e não de comunicação ou mesmo de cultura” que estão no coração do nacionalismo.

Depois de 1918, a Europa torna-se um quebra-cabeças de Estados nacionais; os aliados decidem jogar a carta *wilsoniana* (o direito a um Estado para cada nacionalidade) contra a carta bolchevique. Ora, como observa Hobsbawm “a consequência lógica de uma tentativa de criação de um continente corretamente dividido em Estados territoriais coerentes, cada um sendo habitado por uma população distinta, homogênea no plano étnico e linguístico, era a expulsão ou o extermínio massivo das minorias. Esta era e permanece, a *reductio ad absurdum* mortífera do nacionalismo na sua versão territorial, apesar dela não ter sido totalmente demonstrada antes da década de 1940”.

Existem, entretanto, fenômenos nacionais de caráter progressista. Por exemplo, nos países coloniais, encontramos movimentos que são ao mesmo tempo de libertação nacional e social: de fato, tratam-se mais de movimentos anti-imperialistas que nacionalistas, com as populações colonizadas (com frequência étnica e linguisticamente heterogênea) dificilmente podendo ser consideradas como uma nação.

### Nacionalismo no século XXI

Que pensar então da vaga nacionalista deste final do século XX? Eric Hobsbawm não esconde seu ceticismo, para não dizer sua hostilidade, face ao que ele considera uma nova vaga de *Kleinstaaterei* (nacionalismo estatal estreito), conduzindo a uma balcanização - ou mesmo a uma libanização - da Europa Oriental e da ex-URSS. O separatismo nacional, a seu ver, não oferece nenhuma solução aos problemas econômicos, sociais e políticos das populações concernidas. Ao contrário, ele apenas



Paul Delvaux

# Mitos nacionalistas e utopia planetária

MICHAEL LOWY

pode agravá-los, pela ameaça que representa para todas as minorias o monolitismo nacional, a aspiração à homogeneidade étnico-linguística.

Esta última parte do livro é também a mais discutível. O autor subestima muito a força do nacionalismo na situação atual e no futuro próximo. Uma coisa é constatar a incapacidade do separatismo nacional de resolver os problemas dos países do Leste; outra, muito diferente, é acreditar que o nacionalismo “não é mais um vetor maior do desenvolvimento histórico”. Segundo Hobsbawm, “apesar de sua visibilidade manifesta, o nacionalismo é historicamente menos importante. Ele não é mais, de qualquer forma, um programa político global, como se poderia dizer e como se dizia no século XIX e no início do século XX. Ele é mais um fator de complicação ou um catalisador de outros fenômenos”. Na história mundial do final do século XX e do início do século XXI, “as nações e o nacionalismo permanecerão presentes... mas eles apenas terão papeis secundários e frequentemente muito pequenos”.

Eu adoria poder subscrever este ponto de vista otimista - do ponto de vista do humanismo ou do internacionalismo socialista - mas dificilmente podemos escapar da impressão que o autor toma seus desejos pela realidade. Não temos necessidade de simpatizar com as ideologias nacionalistas para darmos conta do seu impacto crescente, não apenas na Europa Oriental mas também Ocidental, sob a forma de xenofobia. É difícil prever o que nos reserva o próximo século, mas atualmente e nos anos que vem, é claramente impossível considerar o papel do nacionalismo na Europa (e em outros lugares) como “menor” ou “secundário”.

Isso dito, o livro de Eric Hobsbawm não deixa de constituir um preciso instrumento de conhecimento e de desmistificação do nacionalismo moderno.

Como explicar este retumbante sucesso do nacionalismo na Europa Oriental? Aqui diferentes fatores se combinam: inicialmente, a revolta legítima contra a opressão “soviética”; mas também são, cada vez mais, as elites dirigentes que cultivam, sob a névoa da política neoliberal, os cogumelos envenenados do chauvinismo, como na Rússia de Yeltsin.

Finalmente, a crise do movimento operário e das idéias socialistas cria um vazio político que favorece as mais diversas regressões ideológicas. Isso também joga um papel no surgimento do nacionalismo xenofobo e racista na Europa Ocidental, cujas raízes repousam antes de tudo na desagregação social criada pela crise capitalista e pelo agravamento do desemprego.

### Renovação internacionalista

Trata-se, portanto, para os trabalhadores e os povos europeus, de escapar do falso dilema entre o pseudo-universalismo da mercadoria, que homogeneiza as culturas e destrói as tradições, e fechar-se em uma identidade nacional exclusiva; entre a política “mundial” do FMI e dos bancos, que submete todas as nações da periferia ao poder totalitário do “livre mercado” controlado pelos grandes monopólios, e o nacionalismo econômico a serviço do patronato local.

Vemos aparecer os primeiros sinais do que pode tornar-se uma renovação do internacionalismo na aurora do século XXI: uma nova cultura internacionalista está germinando entre os ecologistas de esquerda, entre as feministas, na esquerda sindical, nos movimentos anti-racistas, nas associações de apoio ao Terceiro Mundo, na teologia da libertação. Uma estrutura como o Fórum de São Paulo, que reúne as principais correntes da esquerda latino-americana, é um sinal desta busca de unidade para além das fronteiras.

Os grandes problemas de nossa época - a ameaça de catástrofe ecológica, o endividamento do Terceiro Mundo, a reconstrução econômica da Europa Oriental, para mencionar apenas três deles - são problemas planetários, que exigem uma solução planetária.

Aquelas do capitalismo mundial, do FMI e do “mercado livre” apenas agravam estes problemas, às expensas da imensa maioria da população mundial. Apenas uma política democrática, socialista e ecológica em escala internacional permitiria enfrentar estes desafios imensos e aportar soluções humanas. É uma utopia? Sim, mas uma utopia crítica, racional e revolucionária. □

**O** aborto no Brasil é um problema de classe e de saúde pública. Entre dois e quatro milhões de abortos são feitos anualmente no país (a variação nos números depende da fonte dos dados). São realizados por mulheres de diferentes níveis econômicos e culturais, de diferentes idades e estados conjugais. Em cada mil mulheres em idade fértil, 18 já sofreram seqüelas de aborto; em cada quatro mulheres submetidas ao aborto clandestino, uma já foi internada como complicações que levam à esterilidade ou mesmo a morte.

As grandes vítimas são as mulheres pobres, que não podem pagar de 300 a mil dólares (preço cobrado em São Paulo) para realizar um aborto em condições de assepsia e segurança. E são também as mulheres pobres que não tem acesso a métodos anticoncepcionais, não conhecem o funcionamento de seu corpo e acabam tendo que recorrer ao aborto como o único e não o último recurso, para interromper uma gravidez indesejada.

### Um "destino" imposto

Esse fato óbvio não é reconhecido porque se nega o direito das mulheres decidirem sobre suas vidas, seus corpos, sua sexualidade. Elas ainda são vistas como mães, como esposas e como pessoas subordinadas. A construção da maternidade como um destino foi ponto central para redefinir a opressão das mulheres dentro da sociedade burguesa no Ocidente cristão. Aí, a família foi imposta como o lugar das mulheres, onde a maternidade é considerada a sua principal possibilidade de realização. Na verdade, o papel da família é o de reprodução da força de trabalho, mantendo também um reduto que assegura a supremacia masculina através da divisão entre uma esfera pública e uma privada, entre produção e reprodução, onde o trabalho doméstico torna-se socialmente desvalorizado e mesmo invisível. Os espaços de poder e decisão na sociedade são exclusivamente masculinos. Esta é uma realidade muito diferente da visão romântica da família que até hoje ensinam as mulheres.

### Cidadania das mulheres

O fato das mulheres passarem a decidir sobre a maternidade quebra um pilar fundamental de sua opressão. As mulheres devem ter o direito de definirem como querem viver sua vida: como casadas ou não, com ou sem filhos, lésbicas ou heterossexuais. E não, como acontece hoje, serem vistas e valorizadas a partir de seu lugar na família - que para a maioria das mulheres não é primordialmente o lugar do afeto e do convívio, mas do trabalho infundável, das exigências masculinas, da violência doméstica, das relações sexuais forçadas e legitimadas pela "sagrada" união do casamento.

Para as mulheres, isso significa repensar de conjunto o seu lugar na estrutura da sociedade - do seu direito pleno ao trabalho até um outro modelo de políticas públicas. Emudar o mundo das mulheres implica também em mudar o mundo dos homens. Quando discutimos construção de direitos e conquista de cidadania, é fundamental lembrarmos que o direito mais elementar a ser defendido é o das pessoas poderem decidir sobre sua própria vida, escolher como querem viver e com quem, se em família, em grupos ou sozinhas.

A criminalização do aborto condena milhões de mulheres a viver com culpa, vergonha e medo. Culpa porque é considerada pecadora e terá que ser punida. Vergonha porque recusou a maternidade e não tem esse direito. Medo da polícia, da família, de todos. Hoje são milhões de "criminosas" e tantas outras cúmplices. O sentimento de solidão é a marca de toda experiência de aborto, mesmo quando foi uma decisão compartilhada. Pois nessa situação não é possível acompanhar nenhuma mulher no seu sentimento de desamparo. A sua descriminalização não pode, portanto, ser considerada uma questão secundária, pelo menos para a maioria da população do país, as mulheres.

# ABORTO, IGREJA E



Ralph Gibson

# OPRESSÃO DAS MULHERES

**"O padre na televisão  
diz que é contra a legalização  
do aborto,  
diz que é a favor da pena de  
morte, eu disse  
não, que pensamento louco."**

*Caetano Veloso - Vamo comer*

### As Igrejas e as mulheres

A Igreja tem sido uma das principais instituições de manutenção da opressão das mulheres. Continua irreduzível na oposição à possibilidade de autonomia das mulheres, utilizando para isso a defesa da família e o controle da sua sexualidade e dos seus direitos reprodutivos. Continua se posicionando contra a maioria dos métodos anticoncepcionais e chega mesmo a adotar posturas irresponsáveis, como ser contra campanhas educativas em relação a AIDS que possam ser eficazes.

Nunca foi possível qualquer diálogo com a hierarquia da Igreja Católica sobre estes temas. Feliz-

mente o mesmo não acontece com muitos setores leigos, pastorais, que hoje já incorporaram muito da luta pela libertação das mulheres e tem avançado na compreensão também da questão do aborto. Além disso, há mulheres feministas organizadas em várias Igrejas, como por exemplo as "Católicas pelo direito a decidir" e as teólogas feministas de algumas Igrejas protestantes. Assim, desde a retomada do movimento de mulheres no Brasil, nos anos 70, estabeleceu-se uma relação contraditória entre a luta das mulheres e as Igrejas, que tem um grande peso na organização do conjunto dos setores populares.

### A Igreja contra as mulheres

A posição da hierarquia da Igreja reforça a manutenção da opressão das mulheres. Para ela, resta para as mulheres continuar fazendo a vontade do Senhor, não de um senhor mas de vários senhores. Só vistas em função do outro, sua vida e sua vontade não são importantes em relação a decisão de ter filhos e de organizar sua própria vida. É a velha fórmula: "as mulheres trabalham pelo bem da família", que ignora o seu bem.

A posição da Igreja Católica já sofreu muitas alterações no curso da história, desde quando ela não interferia nestas questões e o aborto era utilizado como um método anticoncepcional, até a condenação com a excomunhão. A posição atual é concomitante com a formação do atual modelo de família, exaltação da maternidade, inclusive recuperando a imagem da Virgem Maria como modelo de mãe e relegando a sexualidade das mulheres a função procriativa.

### Compromisso com as mulheres

As mulheres e os homens que defendem que o aborto deixe de ser crime e sua prática assumida pela saúde pública, o fazem porque querem mudar a situação dramática enfrentada pelas mulheres e querem também que menos mulheres necessitem fazer aborto. Nenhuma mulher gosta de fazer aborto, mas não deve ser considerada criminosa por isso. É, ao contrário, a posição da Igreja de ser contra a anticoncepção ampla e segura leva as mulheres a terem que realizar o aborto com frequência. Existem dados claros para comprovar isso: nos países onde o aborto foi descriminalizado e acompanhado de um programa amplo de acesso a anticoncepção, o número de abortos diminuiu. A posição da Igreja é insustentável também porque penaliza apenas as mulheres pobres; as ricas tem acesso ao aborto seguro e a elas não é tão imposto o destino da maternidade, o que implica em geral em menos culpa e maior tolerância.

Se quer ser coerente com a proposta de governar para as maiorias e garantir a cidadania dos excluídos, o PT não poderá deixar de dar uma resposta a essa questão. Desconhece-la implica não reconhecer os direitos das mulheres de decidirem sobre sua capacidade reprodutiva e sua sexualidade e significará não reconhecer a dimensão política de questões mascaradas como privadas e do âmbito da família. A decisão de praticar um aborto é de fórum íntimo e um direito individual, não cabe a ninguém dizer se a mulher deve fazer ou não. Mas cabe sim apoiá-la nessa decisão. Caso contrário estaremos sendo coniventes com a atual situação que impõe a maternidade como um destino e impede as mulheres de decidirem.

Essa é uma questão de governo. Ao governo cabe regulamentar a prática do aborto, como se faz com qualquer outra prática de saúde, garantindo sua execução nos serviços públicos dentro de um programa amplo de acesso a anticoncepção e à informação.

É muito difícil para a maioria das mulheres se posicionarem publicamente em relação a essa questão, mas com certeza os milhões que vivem silenciosamente essa situação, reconhecerão no PT um partido comprometido com as necessidades das mulheres. □

*Nalu Faria é da DR do PT de São Paulo e participa do SOF.*